



Anais da Assembleia

Nº 131

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 123.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1983

(Terça-Feira).

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, preferência de votação aos projetos de lei n.º 112/83 proposta do plano geral do Governo do Estado, consubstanciado no doc. "PARANÁ—PLANO DE AÇÃO 1984/1987; 178/83, que altera dispositivos da lei n.º 7.051, de 04.12.78, que dispõe sobre a estrutura da receita do Estado—CRE; 187/83, que altera dispositivo da Lei n.º 7.547, de 10.12.81, que dispõe sobre a estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, preferência na discussão do Projeto de Lei n.º 187/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro que o projeto de Resolução n.º 112/83, seja retirado da Ordem do Dia para que possam ser reunidas as outras Comissões.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno o arquivamento do Projeto de Lei n.º 123/83.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa um voto de pesar pelo falecimento ontem, dia 21 de novembro, do senhor Porfírio Rodrigues de Andrade, residente em Mandirituba.

O extinto, grande companheiro de lutas pelos ideais do PMDB, faleceu prematuramente, deixando inconsoláveis, não apenas sua família, como o grande número de amigos que hoje o pranteiam.

Requer, outrossim, que do presente requerimento seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos dessa sessão, um voto de pesar pelo falecimento da genitora do jornalista Mussa José Assis.

O jornalista em questão, figura querida dos meios de informação e políticos desta Capital, e que sempre tem nortado sua vida por atitudes leais e corretas, está passando pelo difícil momento que representa a perda de sua querida mãe. Este

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Orlando Pessuti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, Requer Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 112/83, que trata do plano geral do Governo do Estado, consubstanciado no Doc. "PARANÁ- PLANO DE AÇÃO 1984/1987".

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução n.º 111/83, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Cidade Industrial de Curitiba, e que objetiva a participação do Estado no "Programa de Industrialização do Município de Curitiba".

Requer-se, também, sua inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, com preferência de votação.

deputado e seus amigos, associando-se neste momento de dor, querem com o presente apresentar-lhe suas sentidas condolências.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se faça constar na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações, ao União Bandeirante Futebol Clube, da cidade de Bandeirantes, pela classificação no quadrangular final do Campeonato Paranaense de Futebol.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa dê ciência à Diretoria do União Bandeirante Clube, na pessoa de seu presidente, Sr. Serafim Meneghel.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular — Cruzada Nacional de Evangelização — pelo 32.º aniversário do seu estabelecimento na Pátria Brasileira, comemorado no último dia 15.

A referida entidade teve início, humildemente, com apenas 5 (cinco) pessoas, no Estado de São Paulo. Aquela reunião histórica foi dirigida pelo Reverendo Haroldo Willians.

Presidida pelo Rev. George Foulkner e tendo como Secretário Executivo o Rev. Dr. Jaime Poliarin, atualmente, a denominação conta no Brasil com quase 600.000 membros, assistidos por quase 5.500 pastores e obreiros. Caracteriza-se pela pregação dos quatro princípios contidos no Evangelho de Cristo: Ele salva, Ele batiza com Espírito Santo, Ele cura e Ele voltará.

O 32.º aniversário foi brilhantemente comemorado em Curitiba, sob o comando do consagrado e renomado Re. Eduardo Zdrojewski — Superintendente Regional da Igreja do Evangelho Quadrangular — com passeata e concentração na Praça Rui Barbosa nas quais participaram aproximadamente 5.000 pessoas.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Conselho Nacional de Diretores e à Superintendência Regional da Obra referida.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, Requer manifestação do Plenário para aprovar voto de regozijo pela eleição da nova Diretoria da União Paranaense dos Estudantes- UPE, vencedora com a chapa Ponto de Partida.

Que da decisão dê-se ciência a entidade estudantil.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

Apoiamento: Nilso Squarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, ouvido Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo transcurso nesta data, do Dia do bairro da Vista Alegre de Curitiba.

A população que ali vive e trabalha se caracteriza pelo dinamismo e dedicação a elevadas e progressivas causas, sendo merecedora do respeito da sociedade paranaense.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da Casa à Associação de Moradores e Amigos da Vista Alegre.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — D.N.E.R., o mais veemente apelo no sentido de que, com a máxima urgência, seja encetada a recuperação do trecho de estrada que liga Curitiba a Rio Negro.

A BR- 116, rodovia de vital importância para o país, pelas características estratégicas e econômicas de sua localização, como artéria vital de ligação entre o Norte e o Sul do Brasil, tem sido castigada constantemente, não apenas pelo tráfego intenso que suporta, como pelas continuadas chuvas que vêm assolando a região. Nestas condições, a precariedade do tráfego neste trecho, põe em risco não apenas a propriedade privada, representada pelos veículos e cargas transportadas como também acarreta, um aumento considerável nos riscos de acidentes para os que por ali transitam, já se havendo constatado, mesmo, inúmeros acidentes com vítimas fatais. Isso tudo, sem contar com o conseqüente aumento de gasto de combustível, hoje tão precioso, provocado pelas péssimas condições de fluxo.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à sua excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando as providências daquele órgão, no sentido de ser construída com urgência a ligação asfáltica na estrada que liga Nova Fátima à Nova América da Colina.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista os apelos da laboriosa população daquela rica região agrícola de nosso Estado, que muito tem contruído com seu trabalho para o nosso desenvolvimento econômico, merecendo assim as melhores atenções do Poder Público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Excelentíssima senhora Secretária de Estado da Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOUREŞ, expediente solicitando as providências urgentes daquela Pasta, no sentido de ser agilizado o processo de implantação do Curso de II.º Grau na Escola Estadual "Zulmira Marchesi da Silva", da cidade de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

A implantação do II.º Grau junto à Escola Estadual "Zulmira Marchesi da Silva", é uma antiga reivindicação da co-

munidade procopense que assim estará dotando aquela cidade de mais um estabelecimento de ensino de segundo grau, para o atendimento da crescente população estudantil ali existente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando as providências cabíveis daquela Pasta, visando a construção com a máxima urgência da ligação asfáltica no acesso à Copasa, na cidade de Assaí.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O revestimento asfáltico na ligação até os armazéns da Copasa em Assaí, é uma antiga reivindicação da laboriosa população que através das suas safras agrícolas, muito tem contribuído para o enriquecimento de nosso Estado, merecendo assim a melhor das atenções dos poderes públicos para que continue a sua labuta em prol do crescimento agrícola frente à Nação brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando a ligação asfáltica do distrito de São Judas Tadeu, do município de Santo Antônio do Paraíso à PR-160, na extensão de 3.200 metros, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O distrito de São Judas Tadeu, do município de Santo Antônio do Paraíso à PR-160, é uma região agrícola por excelência, contribui com uma parcela considerável dessa produção, com extensas lavouras de soja, trigo, milho e outros cereais, porém com dificuldades na produção agrícola, principalmente do meio rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando que através daquela Pasta sejam determinadas providências no sentido de construir o terminal rodoviário da cidade de São Jerônimo da Serra.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo tem por finalidade dotar a cidade de São Jerônimo da Serra, importante entroncamento rodoviário de nosso Estado, de um terminal de passageiros que possa atender as populações daquela rica região paranaense que muito tem contribuído para o crescimento de nossa terra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvi-

do o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Indústria e Comércio, visando a criação e instalação de uma Unidade do Departamento do Trabalho (DETEPAR), na municipalidade de Campo Mourão.

As modificações sociais, na medida que acontecem, obrigam o restabelecimento de novas garantias, a atualização de novos direitos, e a ampliação do patamar da concretização dos primordiais direitos. Tais comportamentos possibilitam a perspectiva ao menos de se ter uma sociedade justa e por conseguinte igualitária. Através dessa visão, a comunidade trabalhadora mourãoense quer contar com meios que permitam capacitá-los bem como aperfeiçoá-los à modernização tecnológica, uma constante no processo desenvolvimentista.

Neste sentido, como meio de garantir esta realidade, indiscutivelmente que a abertura de uma Unidade do Departamento do Trabalho, virá a contribuir para uma melhor formação profissional através de cursos e treinamentos diversos aspectos preparatórios, de mão-de-obra, sendo que o crescimento de Campo Mourão bem justifica o que ora é postulado.

Ademais, é sabido que esse órgão já mantém há algum tempo cursos nesta área, desenvolvidos conjuntamente com a Coamo-Cooperativa Agropecuária Mourãoense e algumas outras entidades comunitárias, as quais serviram para um melhor preparo dos participantes.

Além disso, a ação social do Estado, está prevista conforme Projeto de Lei nº 156/83, aprovado por essa Casa, onde destacam-se os seguintes objetivos:

— estimular e desenvolver por todos os meios necessários, as iniciativas públicas ou privadas em matéria de:

- pré-educação;
- readaptação funcional;
- readaptação profissional;
- criação e conservação do emprego pelo trabalho e adaptação ao trabalho de crianças e adolescentes, com deficiências.

Espera-se, pelas razões expostas, o devido estudo, no intuito da concretização do que ora é proposto, beneficiando a toda a população da região de Campo Mourão, especialmente o segmento dos trabalhadores de menor poder aquisitivo.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado das Finanças, objetivando a liberação de recursos financeiros a serem utilizados na aquisição de óleo diesel para o parque de máquinas da Prefeitura Municipal de Mariluz.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Manoel Neto de Lima, presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro daquela cidade, este afirma a real necessidade e urgência de se liberar recursos financeiros para a compra de óleo diesel, uma vez que a administração de Mariluz se vê impossibilitada de obtê-lo, em face da ausência de uma estrutura própria. Tal pedido visa atender fundamentalmente o abastecimento das máquinas apropriadas para a conservação e melhoria das rodovias que aliás, são imprescindíveis, pois servem como escoadouro das produções agrícolas, sustentáculo econômico daquele município e região.

Espera-se, pelas razões ora discorridas, a imediata liberação de tais recursos, contribuindo decisivamente para os problemas ora vivenciados por toda aquela coletividade.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, objetivando a criação e instalação de uma Subunidade, Veterinária junto à ACARPA — Associação de Crédito e Assistência no Paraná para a municipalidade de Iretama.

O constante aumento das áreas pastorís tem permitido a considerada elevação do rebanho de várias espécies de animais, destacando-se a criação a bovinocultura (corte e de leite), a suinocultura e a avicultura, que a cada dia vem ocupando um papel de destaque no balanço econômico daquele município e região. Ademais, tendo em vista estes fatores, necessitam os proprietários daquele setor, de uma assistência permanente. Pois não existindo uma Sub-Unidade Veterinária, os mesmos são obrigados a recorrerem a serviços de caráter particular encarecendo, sem dúvida alguma, os custos, sendo que os pecuaristas ficam em sua maioria, inviabilizados de usufruir da imprescindível supervisão veterinária.

Espera-se portanto, por parte dessa Secretaria de Estado da Agricultura, uma avaliação profunda do assunto ora discorrido, a fim de que possa levar o importante benefício a Iretama e conseqüentemente àquela rica e imensa região.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a excelentíssima senhora diretora superintendente da Fundepar- Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, visando a imediata liberação de recursos financeiros a serem aplicados na realização de reformas gerais na instalação do Colégio Inácio de Loiola- Ensino de primeiro e segundo graus, localizado na municipalidade de Fênix.

De iniciativa da excelentíssima senhora Joaquina de Souza Lopes, vereadora da Câmara Municipal daquele município, tal reivindicação é oriunda das constantes preocupações, especialmente dos estudantes, professores e funcionários que por muitas vezes tem se sentido inseguros, ante as condições estruturais daquele edifício. É sabido que a meta dessa secretaria de Estado da Educação, a ampliação da rede de ensino a nível de primeiro e segundo graus, tornando-se no entanto, de fundamental importância a recuperação das existentes, pertencentes à rede estadual de ensino.

Espera-se por parte dessa Pasta, o pronto atendimento do que ora é proposto, a fim de eliminar os problemas existentes naquele educandário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, visando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na recuperação e conservação do sistema viário na municipalidade de Mamborê.

Antes mesmo de terminar o ano é possível afirmar que o município de Mamborê teve um de seus maiores índices plu-

viométricos em toda a sua história, ocasionado pelas constantes e torrenciais chuvas, causando diversos danos. Sendo que as maiores conseqüências daquelas precipitações, ainda se fazem presentes, os quais atingiram praticamente todo o sistema viário, cujas melhorias, em sua maioria, não foram realizados, em face da escassez de recursos para tal. Tendo em vista isto, a prefeitura municipal de Mamborê, através do excelentíssimo senhor Ivo Bruneta, chefe do executivo, este afirma, conforme correspondência, que aquela administração encontra-se com um déficit de cerca de dezoito milhões no setor rodoviário, tendo recebido verbas do PROSAFRA/83, que não ultrapassam a importância de dois milhões.

Aquela situação tende a se agravar ainda mais, se não houver a destinação de verbas, existindo a necessidade de quinze mil litros de óleo, para movimentar as máquinas que trabalham naquele setor.

Espera-se portanto, desta Pasta, a imediata liberação do que ora é proposto, a fim de que se possa assegurar a normalização daquelas diversas vias, que aliás, são imprescindíveis para o tráfego de veículos principalmente os que transportam produtos agrícolas, oriundas das colheitas das extensas áreas da Região, sendo tais atividades a base da economia.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, a ser designado ao órgão competente a permanência do Núcleo de Psicologia Aplicada, responsável pela expedição dos exames psicotécnicos para as confecções das Carteiras de Habilitação, cuja Unidade atendia os municípios jurisdicionados pertencentes à microrregião 12 de Campo Mourão.

A paralisação das atividades de Campo Mourão foi comunicado pelo Psicólogo Cesar Augusto Rodrigues, responsável daquele setor, cumprindo determinações da Reitoria da Universidade Estadual de Maringá, cuja Instituição Educacional alegou altos custos para o funcionamento daquele órgão.

Tal situação trata-se de na verdade, de retirar da região uma conquista das mais importantes realizadas pelos habitantes. Se persistir tal conjuntura, diversos transtornos por certo acontecerão, onde os interessados em realizar os exames exigidos pela Legislação, terão que se deslocar para cidades como Maringá ou Cascavel.

Neste sentido, pelas razões expostas, espera-se por parte dessa secretaria de Estado da Segurança Pública, a tomada de medidas o mais urgente possível, atendendo iniciativas do Toshiyuki Koike, presidente da Câmara Municipal de vereadores de Goio-Erê e da diretoria da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 226/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O resultado das licitações promovidas pelos órgãos públicos estaduais, inclusive os de administração indireta, serão obrigatoriamente publicados da mesma forma que foram veiculados os respectivos editais.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI.

Apoio: Eduardo Baggio, Nilso Sguarezi, Homero Oguído, Roberto Requião e Nelson Vasconcellos.

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com o presente plano de lei, é divulgar os resultados das licitações feitas pelo Estado do Paraná, para que além dos interessados, a coletividade também venha a tomar conhecimento de como o dinheiro público vem sendo gerido pelas autoridades competentes.

PROJETO DE LEI N.º 227/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Aos professores de estabelecimentos pertencentes à rede estadual de ensino, que contém na data desta lei, com mais de vinte (20) anos de magistério, fica assegurado o acesso à Classe Funcional PB-2, independentemente das exigências contidas no Art. 10 § 4.º, do Estatuto do Magistério do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

As professoras que se pretende beneficiar contam com mais de vinte anos de serviços prestados ao Estado do Paraná e são diplomadas por estabelecimentos de ensino tradicionais, como o Instituto de Educação do Paraná, Escola Normal Lysimaco Ferreira da Costa e congêneres, viram-se preteridas pelo disposto no mencionado Art. 10 § 4.º, do Estatuto do Magistério, que permite o acesso apenas a professores habilitados em cursos com duração de quatro (4) anos.

É de se notar que, anteriormente a 1976, os cursos de magistério com nível de 2.º grau tinha duração de apenas três (3) anos e atualmente há raríssimas oportunidades para que as professoras venham a realizar cursos adicionais que lhes permitam beneficiar-se dos benefícios correspondentes.

Nestas condições, considerando, o considerável grau de experiência, com que contam os professores com mais de vinte anos de serviço, pretende-se favorecê-los, permitindo-lhes o acesso a que tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, inscrito.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Senhor presidente, senhores deputados.

Não poderia deixar de registrar, no dia de hoje, a passagem do quadragésimo aniversário da Independência político-social da República do Líbano, e peço a devida vênica de vossa excelência, senhor presidente, e dos mais ilustres componentes desta casa, para homenagear, em especial, aos eminentes senhores deputados Anibal Khury, Fuad Nacli, Gabriel Manoel e Jorge Amim Maia Filho que, não tenho a menor dúvida, orgulham-se sobremaneira da decedência libanesa que possuem.

Senhores deputados, sem o escopo de diminuir ou colocar em condição de inferioridade qualquer outro segmento étnico da comunidade mundial, devo asseverar, a bem da verdade, que o povo libanês, tão ligado por fortes sentimentos e laços indissolúveis de afeto com a grande Nação Brasileira, tem se mostrado ao longo de anos e anos, possuidor de incontestável caráter de coragem e bravura, de labuta e esforços, de brio e combatividade em busca de fontes de amor e de justiça.

Entretanto, senhor presidente, senhores deputados, temos conhecimento, com profundo lamento e enorme desprazer,

do atual quadro de desgraça social que paira hoje sobre aquela comunidade.

Interesses, ambições internacionais, ideologias e fanatismo condicionam, antepondo-se injustamente contra a soberania legítima daquela nação, a existência real daquele país.

Senhores deputados, a situação fanática encontrável hoje no Líbano é degradante e dantesca. Nossos irmãos libaneses, se me permito assim considerá-los, afetuosamente, porque ainda creio na fraternidade universal norteando a humanidade; nossos irmãos libaneses vivenciam negros dias, em longa crise uma cruel e sangrenta guerra.

Entendemos pois, senhor presidente, senhores deputados, que o dia de hoje, embora se avistasse festivo, é o momento exato para que meditemos sobre este triste acontecimento mundial que coloca em desconfortante e penosa situação este povo, que quer, tão somente, que a paz, a tranquilidade, a segurança e o amor sejam restituídos em seus lares, para que este seja o marco inicial de novo tempo a ser experimentado pelo Líbano; tempo este repleto de harmonia e prosperidade.

Era o que tinha a dizer na tarde de hoje, senhor senhores deputados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel inscrito. Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Senhor presidente, nobres senhores deputados.

Curitiba, a partir da noite de ontem, transformou-se no grande centro de discussão da suinocultura brasileira. Desde ontem está se desenvolvendo e se realizando, no Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, mais especificamente no Shopping Center Pinhais, o 3.º Congresso Brasileiro da Suinocultura.

Ainda na noite de ontem, acompanhado do governador José Richa, diversos secretários de Estado, muitos dos srs. deputados, pudemos participar da abertura deste 3.º Congresso Brasileiro de Suinocultura. Numa promoção que é encabeçada e toda ela dirigida pela Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária e que conta com o apoio de diversos segmentos ligados não só à agropecuária do Paraná, mas do Brasil como um todo.

Todos sabemos, os srs. deputados, o público em geral, que nós tivemos diversas dificuldades e uma crise bastante acentuada em nossa suinocultura nos últimos meses. Todos os srs. também são sabedores e têm conhecimento das denúncias que desta tribuna fizemos ao Paraná e ao Brasil inteiro; têm conhecimento da luta encetada pela Comissão de Agricultura desta Casa, que por duas vezes esteve em Brasília, reivindicando diversos assuntos de interesse da agropecuária do Paraná e também mais especificamente, da suinocultura, porque era o setor da agropecuária naquele momento que mais sofria e mais estava sendo penalizado, em função da escassez do alimento básico destes animais, que era o milho.

Com a realização deste 3.º Congresso Brasileiro, aqui em nossa cidade, teremos oportunidade de, através de painéis que serão realizados, das mesas-redondas, da discussão enfim que vai ser desenvolvida ao longo destes dias do 3.º Congresso Brasileiro, irmos um pouco mais a fundo no problema da suinocultura brasileira, e muito mais fundo ainda no problema da suinocultura paranaense.

Tenho certeza que, ao final deste Congresso, quando então estaremos elaborando uma Carta, muitas propostas, muitas coisas estarão sendo sugeridas, de modo que possamos ter um novo direcionamento em nossa suinocultura que hoje se encontra desgastada, descapitalizada e sem muitas perspectivas de

futuro, a não ser como única a possibilidade de virmos conquistar mercados externos através da exportação da carne de suíno. Mesmo porque hoje o Paraná, maior produtor de suínos do Brasil, detentor do maior rebanho de suínos deste País, bem como também Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já se encontram definitivamente liberados do problema da peste suína africana. Neste sentido estamos em condições de exportar carne para o mercado comum europeu e outros países que assim desejarem.

Neste sentido queremos nos congratular com a diretoria da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, na pessoa de seu presidente, dr. Paulo Roberto Moreira Gomes, pela promoção, pela gerência deste 3.º Congresso Brasileiro de Suinocultura.

Era só, sr. presidente, srs. deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Nelson Vasconcellos, inscrito.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê).

Faço uso desta tribuna para anunciar um fato de importância geral e que talvez não seja ainda conhecido pela totalidade dos membros desta Casa de Leis.

Refiro-me, senhor presidente, à expressiva vitória obtida pela chapa "Ponto de Partida", nas eleições da União Paranaense dos Estudantes. Esta chapa, que se propõe a uma mudança de rumos no movimento estudantil, democratizando-a, venceu o embate eleitoral nas seis universidades do Estado, além da maioria das escolas isoladas da capital e do interior, acumulando 13.430 votos, com diferença a seu favor de 1.801 votos.

Uma vitória eleitoral de tal monta, sem dúvida, legítima e que fortalece não somente a diretoria eleita, como a própria União Paranaense dos Estudantes, que tem a nobre e importante tarefa de representar os 80.000 universitários do Paraná.

Os jovens universitários que compõem a chapa eleita, liderados pelo seu presidente, o qual trabalhou pelo PMDB nas eleições, pertencem não apenas ao nosso partido como a outros partidos da oposição.

Não podemos nós, senhor presidente e senhores deputados defensores que somos da democracia e da livre organização dos vários segmentos sociais, deixar de ver com simpatia o compromisso assumido em campanha pela nova diretoria da UPE, de abrir espaços na referida entidade para a participação dos diversos posicionamentos políticos e de se colocar numa saudável e democrática postura de independência em relação aos partidos e ao governo estadual. Portanto, não procedem as afirmações de que o PMDB foi derrotado nestas eleições, pois o grande vitorioso foi o movimento universitário paranaense, e este sendo vitorioso, o PMDB não poderia jamais ser derrotado.

Neste momento em que parte do patrimônio da UPE volta aos estudantes através do decreto do governador do Estado, devemos dar o nosso mais irrestrito apoio ao fortalecimento desta histórica entidade estudantil, agora sob a direção de jovens integrantes da chapa "Ponto de Partida", pois somente aos inimigos da democracia interessa o enfraquecimento das entidades representativas.

Quero, portanto, sr. presidente e senhores deputados, saudar a nova diretoria da UPE, a qual, temos certeza, bem saberá representar com coragem e sabedoria os 80.000 universitários paranaenses, engajando-se na luta do povo brasileiro por melhores dias".

Era o que tinha a dizer sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) No Pequeno Expe-

diente, concedo a palavra ao senhor deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Queria apenas, nesta oportunidade, saudar os participantes do III Congresso Brasileiro de Suinocultura que está sendo celebrado nesta Capital, e que tem por finalidade desenvolver um trabalho profícuo, em busca de soluções efetivas que dêem condições ao criador de suínos no Paraná, para que ele possa levar avante este projeto, que tem contribuído em muito, com a economia do nosso Estado. (Lê):

"Criados pelo homem há mais de 5.000 anos, trazidos ao Brasil em 1532 por Martin Afonso de Souza, constituindo-se portanto de recente atividade econômica e social, a suinocultura do Brasil, está representada por mais de 34.183.000 cabeças, segundo o IBGE — 1980, o que posiciona nosso País, como detentor do quarto maior rebanho do mundo, ultrapassado apenas pela China, Rússia e Estados Unidos.

A sua importância econômica advém em razão da excelência de qualidade de sua carne, sua prolificidade, rusticidade, rendimento e precocidade e representou em 1980 cerca de 98 bilhões de cruzeiros, conferindo-lhe a segunda posição no valor da pecuária.

O Estado do Paraná, com 5.312.000 cabeças, ocupa a li-songeira posição do primeiro maior rebanho suíno do Brasil.

Detentores dos mais expressivos rebanhos suínos do Brasil, a vanguarda hoje ocupada pelos Estados do Sul, a despeito da retração do mercado, continua a primar pela alta tecnologia. As fases adversas da economia, com reflexos sobre a criação de animais, transmitiu desestímulo ao criador e prejuízos à economia nacional, refletidos notadamente no aspecto social, porquanto 81 por cento dos suinocultores do Brasil são considerados pequenos proprietários, com menos de 50 ha de terra.

Mas veja, que mesmo com a retração do mercado, em 1982 a produção geral de carne superou a 5 milhões de toneladas, correspondente a 48 por cento a carne bovina, 32 por cento a carne de aves e 19 por cento de carne suína, o que demonstra a importância econômica da suinocultura.

As estatísticas sobre o abate de suínos sob inspeção federal, revela oscilações na oferta de suínos, reflexo da política econômica dos governos.

| | | |
|------------------|------------------|------------------|
| 1970 — 4.013.532 | 1975 — 5.522.388 | 1979 — 7.347.964 |
| 1972 — 4.270.138 | 1976 — 6.238.596 | 1980 — 8.855.176 |
| 1972 — 3.991.826 | 1977 — 5.788.340 | 1981 — 8.887.992 |
| 1973 — 4.663.296 | 1978 — 6.740.917 | |
| 1974 — 4.557.478 | | |

Em 1980, a produção brasileira atingiu a 580.000 toneladas e em 1981 diminuiu para 500.000 toneladas de carne suína, correspondendo a Santa Catarina o abate de 3.021.406 suínos, Rio Grande do Sul 2.594.192, Paraná de 1.569.597 cabeças, São Paulo 880.887 e Minas Gerais 604.588.

Mas observe-se que 38.985 suínos morrem no matadouro antes do abate e 14.948 carcaças foram condenadas, resultando na morte de 53.933 cabeças que a preços de 1981 (Cr\$ 149,18 o quilo de carne) motivaram prejuízos de Cr\$... ..547.109.295,92 (5.641.465 U\$).

Altamente preocupante o fato de que em 1981 foram condenados 48.258 carcaças e 125.081 tiveram aproveitamento parcial nos matadouros, bem como a condenação de 2.942.520 pulmões, 2.164.327 fígados, 2.510.228 rins, atribuídos a problemas sanitários, segundo a Inspeção Federal.

Ainda no aspecto sanitário, somente no Estado do Rio Grande do Sul de 1978 a 1982, foram condenados pela Inspeção Federal 243.859 carcaças ou vísceras de suínos por Hidati-

dose; 475.600 carcaças ou vísceras devido a cisticercose;
...3 570.620 carcaças ou vísceras devido a verminose, no total
de 4.290.079 carcaças ou vísceras.

As parasitoses dos suínos oneram a produção em 30 por cento que calculados sobre o valor de Cr\$ 98.090.361.000,00 representa prejuízos da ordem de Cr\$ 29.427.108,00 (U\$... ..529.455.000), em 1980.

Paralelamente, como suporte da suinocultura, as indústrias brasileiras de suplementos vitamínicos, minerais e antibióticos de uso oral, comercializaram 6.122.768 dólares em produtos destinados à suinocultura, representando 12,6 por cento do total, bem como o consumo de 857.342 dólares em produtos biológicos para revendedores.

Comércio de suplementos vitamínicos, minerais e antibióticos de uso oral, por 31 laboratórios em 1982.

| ESPÉCIE | DÓLARES | % |
|--------------|-------------------|--------------|
| BOVINOS | 24.810.299 | 51,1 |
| AVES | 16.878.703 | 34,7 |
| SUÍNOS | 6.122.768 | 12,6 |
| EQUÍNOS | 560.503 | 1,2 |
| OUTROS | 211.730 | 0,4 |
| TOTAL | 48.584.003 | 100,0 |

Ainda dentro do aspecto econômico em 1982, os frigoríficos do Estado do Rio Grande do Sul, recolheram aos cofres do Estado cerca de Cr\$ 3.971.359.100,00 (U\$ 20.862.361) em ICM, podendo-se extrapolar tais valores também aos Estados de Santa Catarina e Paraná.

Notícia que enche de júbilo a suinocultura e representa grande conquista da classe Médico-Veterinária, é a recente declaração do governo do Brasil ao mundo, da erradicação da peste suína africana do território brasileiro, que resultou em prejuízos de 13 milhões de dólares, acrescidos de outros 14 milhões de dólares, atribuídos à perda de carne dos animais sacrificados, somados a 2 milhões de dólares usados no programa de erradicação. Devido a tais prejuízos, constituiu-se o Programa Nacional de Sanidade Suína, que a partir de agora passará a atuar sobre outras doenças dos suínos.

Meus senhores:

Todos os dados neste momento divulgados, bem refletem a importância da suinocultura e demonstram alguns aspectos sanitários que devem ser enfrentados para a conquista de uma criação mais tecnificada.

Muito em breve, o alimento será importante item na política mundial, talvez mais importante que as forças nucleares, o que resultará num apoio mais significativo à suinocultura, apoio que sempre tem sido conferido à área industrial.

A origem de muitos problemas do campo está nas cidades. O criador tem pagado elevados tributos ao homem da cidade, entregando seus produtos a baixos preços, ditos sociais, como consequência da política econômica distorcida e desfavorável ao desenvolvimento da suinocultura.

É preciso que diagnosticados os fatores negativos, sejam encontradas alternativas que possam pelo menos diminuir os aspectos críticos da suinocultura, tornando-a capaz de retribuir o nosso suinocultor com maior dignidade.

Torna-se imperativo no momento a correção dos preços defasados sobre o valor dos suínos, a alteração dos valores dos impostos, dos juros elevados, da falta de crédito acessíveis e suplementação de pesquisa e assistência técnica, o controle dos preços dos insumos e o seu controle de qualidade.

Que o congresso que ora se inicia, alcance os seus objetivos, transmitindo aos congressistas os conhecimentos almejados e as diretrizes políticas que devem nortear os destinos da suinocultura brasileira".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa registra com satisfação a presença neste plenário do prefeito de Manoel Ribas, senhor Valentin Dacin.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao senhor deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Senhor presidente, senhores deputados.

No começo do mês de outubro, mais precisamente no dia 10 de outubro apresentei desta tribuna, uma idéia, uma sugestão, um plano, que basicamente tratava de uma segunda merenda escolar. Era um plano de massificação do esporte; plano esse para atender a saúde, a alimentação e o esporte das crianças matriculadas na rede pública de ensino

E no "Jornal do Estado", edição de hoje, na página 08, esse jornal traz uma importante reportagem, demonstrando o alto valor da imprensa; reportagem que eu poderia perfeitamente acoplar àquele meu pronunciamento, até como justificativa na apresentação e na proposição daquele plano.

Peço permissão, senhor presidente, para fazer a leitura de parte desta reportagem, deste trabalho publicado no "Jornal do Estado", na edição de hoje, sob o título: "Fome reprova alunos e causa desmaio na escola".

Inicia assim, senhor presidente: "Chegou a hora, a hora de lanchar, com as mãozinhas limpas vamos merendar, biscoitos, doces, frutas, que mamãe preparou para mim, tanta coisa gostosa eu nunca vi assim".

Esta musiquinha cantada a todo fôlego pelos quase mil alunos da Escola Izolda Schmidt, na Vila Hauer, quando os sinos repicam às 14:30 horas, anunciando o momento da merenda. Mas, para mais de 200 escolares, os carentes, a letra da música não importa muito: biscoito, doces e frutas ficam no sonho, na vontade apenas. O que estes meninos, realmente vão comer, é a frágil merenda escolar. Sopa com macarrão e legumes, às vezes com charque, e de vez em quando, falta até a própria sopa.

Para muitos esta refeição significa a única alimentação do dia. Daí, enjôo, dor de cabeça, diarreia, desmaios, etc.

Estes são os casos mais comuns de problemas de saúde dos escolares da "Isolda Schmidt", conforme explicou a própria diretora do estabelecimento, professora Sílvia do Amaral Lopes, ao denunciar que "os 40 por cento do índice de reprovação de sua escola devem-se, sobretudo, a este problema alimentar".

Hoje este estabelecimento é uma espécie de "hospital de recuperação", principalmente dos alunos do pré-primário e os da primeira série, que chegam na escola "pele e osso", recuperando-se a partir da merenda escolar.

Por isso, o governo deveria não só garantir a merenda a todas as escolas, mas se preocupar mais com a alimentação em si.

"Muitos alunos precisam de uma determinada proteína ou vitamina e nem sempre a nossa merenda oferece, além ainda, de ser necessário a variação do cardápio da alimentação", reivindica a diretora.

Os casos. Ontem, o garotinho Marcos, da segunda série

desmaiou na hora de cantar o Hino Nacional.

Marcos estava na fila prestando a cerimônia que antecede a entrada na sala de aula, quando "minhas vistas escureceram e eu caí e não vi mais nada".

Segundo a diretora, o que Marcos "sentia era fome, pois isso sempre vem acontecendo com os muitos alunos carentes que temos".

Outra nota diz: penúria. Este também é o caso da garotinha Maria Cristina. Seus pais estão sem trabalho e ela não tem o que comer em casa. "Como na escola. É tão gostoso!"

E depois? "Depois como açúcar com pão. Quando tem pão e açúcar, senão tomo água mesmo até que chega a hora da merenda da escola", esclarece Cristina, 10 anos, da primeira série.

Ora, senhor presidente, senhores deputados, eu quero parabenizar o "Jornal do Estado" e dizer que aquele projeto que aqui apresentei, foi adotado pela Secretaria da Cultura e do Esporte, e eu quero agora também elogiar o trabalho dos funcionários daquela Secretaria que estão se desdobrando, trabalhando até nos finais de semana, trabalhando à noite, para que no ano que vem, em março, nós possamos colocar em prática um projeto que poderá, em curto prazo, dar uma segunda alimentação a perto de 400, 500 mil crianças no Estado do Paraná.

Quero agradecer também ao secretário Fernando Ghignoni da Cultura e Esporte, que garantam recursos para estes projetos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa tem a satisfação de registrar a presença dos senhores João Ribeiro, vereador de Pérola do Oeste e do senhor Orlando Rios, presidente do PMDB de Capitão Leônidas Marques.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a esta tribuna para reafirmar e esclarecer um posicionamento político adotado por nossa pessoa e um grupo solidário de companheiros.

Companheiros insatisfeitos com a marcha administrativa do governo do Estado do Paraná.

E lamentamos dizer, a posição da definição da Comissão Executiva do nosso partido, lamentamos dizer, foi uma posição fascista, condenada pelos peemedebistas, não pelos peemedebistas, porque faço agora e já esta separação, o MDB era um partido de homens de verdade e de coragem; o PMDB é um partido de homens de negociação que se submetem à pressão.

Denuncio ao povo do Paraná que o Paraná teve de parar um dia para poder derrotar 14 companheiros, e José Richa, governador do Estado, desceu do seu pedestal para derrotar 14 companheiros.

Denunciou, senhores, a posição fascista do meu partido, uma posição que nós combatemos sempre dentro da Arena, contra a Arena.

E nós combatemos e denunciemos sempre contra os fascistas, os nazistas do mundo inteiro, porque é uma filosofia de enganação, de mentira e de ludíbrio, da prensa popular.

Companheiros, mentir ao povo é um fascismo. A nossa chapa não foi contra nada; foi para podermos nos reencontrar, para fazer exatamente um governo popular, que o povo espera e deseja de José Richa e do PMDB!

Senhores, nós prometemos um governo com a face voltada para o povo, e estamos fazendo um governo com a face voltada para os capitalistas, os grupos econômicos!

Vamos denunciar permanentemente!

Não somos deputado de governador!

Somos deputado de povo e de princípios políticos inquestionáveis e indiscutíveis, porque olhando à minha frente só vejo o deputado Adhail Sprenger Passos, como um dos primeiros fundadores desse partido. Por isto eu digo, entre PMDB e MDB há uma lacuna. O MDB nunca transgrediu, nunca negociou, nunca se entregou!

O PMDB hoje, entrega-se, atado, desatado e pelado perante o governo do Estado.

Ora, senhores, fizemos uma campanha para servir ao povo e não a José Richa!

Companheiros, José Richa deve ser instrumento do povo e não o povo instrumento dele.

Senhores, estou cansado de lutar, mas estou ainda com força e com saúde para dizer ao governador José Richa: "governador, siga o lema dos bispos do Brasil e diga ao povo "nao vim para ser servido, mas vim para servir!"

Nós lutamos por isto. Nós queremos isto e o PMDB que sirva ao povo, e não se sirva e não explore. O povo está desenganoado e desiludido.

Era só isso, companheiros. Vamos levantar a cabeça e trabalhar pelo povo que está desenganoado e desiludido, pelo povo do Paraná! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao senhor deputado Paulo Furiatti.— Ausente.

Concedo a palavra ao senhor deputado Francisco Escorsin. Ausente.

Concedo a palavra ao deputado Nilso Squarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Senhor presidente, senhores deputados.

Para ser pertinente ao assunto evidente que devemos dar uma resposta ao eminente deputado Osvaldo Alencar Furtado, a quem admiramos pela sua tenacidade, pela sua garra e pela sua voluntariedade.

Mas, senhores deputados, evidente que nós não podemos aceitar as acusações apaixonadas e até levianas que o nobre deputado veio fazer da tribuna. Se sua excelência está inconformado porque não conseguiu, na Executiva do partido, incluir integrantes da Chapa Alternativa, é a lei democrática que assim determina.

A chapa de sua excelência que, acredito fez mais votos pelo descontentamento contra o PMDB, contra o governo, neste processo de dificuldade que nós atravessamos no Paraná, e não pelas lideranças que ela contém, sua excelência se inconforma porque não conseguiram incluir nenhum nome na Executiva do partido.

Mas, data vênica, a democracia é o comando da maioria, e a Chapa Alternativa de Bases conseguiu fazer apenas o percentual de 21 por cento dos convencionais, ou dos membros do Diretório.

Data vênica, eu não entendo o inconformismo, e esta posição de acusar o governo do Estado porque não conseguiu uma segunda vitória dentro da eleição da Executiva.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Eu solicitaria um aparte..

O SR. NILSO SGUAREZI — Concederei o aparte. Vossa excelência há que reconhecer que nós não fugimos ao debate. O que eu acho é que vossa excelência está sendo injusto com o governador.

Vossa Excelência exige que o governador tenha uma posição política; e vossa excelência contesta quando o governador assume a posição política. Antes e acima de tudo, de ser governador José Richa é homem político; é homem comprometido com o PMDB. E José Richa não pode deixar que o PMDB caia na mão de homens contestatórios. E me admira vossa excelência dizer de que a Chapa Alternativa de Bases vem trazer uma linha nova ao PMDB. Que linha é essa? Macartista? De apontar comunistas? Dentro de um governo que é essencialmente democrático, de um governo que se recrutou homens da esquerda, é verdade que se reconheça isso, é porque está fazendo justiça a esses companheiros que lutaram com denodo, com sacrifício; companheiros exilados, torturados; está-se fazendo justiça a eles, dando-lhes possibilidade de contribuírem com esta terra.

Por isso companheiros, o PMDB defende democracia e faz democracia. Eu me admiro daqueles peemedebistas que se incorporam àquela onda reacionária e conservadora, que acusa o nosso governo de estar impregnado de comunistas.

Não aceito de maneira nenhuma, essa colocação porque é uma colocação de involução política, de retardamento político e não representaria, de maneira nenhuma, a vitória da Chapa Alternativa, um avanço do PMDB, mas uma involução, com a própria orientação política ...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Eu solicitaria um aparte...

O SR. NILSO SGUAREZI — ... desse imperialismo capitalista que vê comunismo em tudo.

O Sr. Alencar Furtado — Solicitaria um aparte, ao ilustre orador. (Assentimento).

Ilustre deputado líder da nossa bancada e do governo. Primeiro que tudo, se neste plenário, na época mais negra da Oposição no Brasil, existe um homem que sempre foi taxado de comunista, foi este que vos fala, exatamente por enfrentar a ditadura, as torturas e os assassinatos, e falo, ilustre deputado Nilso Sguarezi, com a moral de dizer que neste plenário ninguém faz páreo comigo, de ter recebido e sofrido essa pecha de comunista.

Nunca fizemos nós, da "Alternativa de Bases", em termos de falar em nome da chapa, este tipo de posicionamento ou de colocação.

Se algum membro da nossa chapa fez este tipo de colocação, foi por um momento de infelicidade dele, porque, não somente este deputado, ilustre deputado Nilso Sguarezi, mas o MDB como um todo, sempre foi taxado de comunista. E comunista sempre foram tidos pela revolução todos os emedebistas, nobre deputado.

Então, corrigindo a vossa colocação, ilustre líder, a quem eu respeito e dedico a minha homenagem, esta acusação não é minha, nem é sua, mas é da revolução, que fez a todos nós, como um todo, como um partido. Quando eles não podiam nos chamar nem de ladrão ou de corrupto, eles nos chamavam de comunistas. A chapa "Alternativa de Bases" não teve, jamais, este posicionamento.

Agora, ilustre líder do governo, desejo responder a vossa excelência quando vossa excelência diz que o governador assume uma posição política. Ele teve quase um ano para assumir esta

posição política, mas achou de assumir exatamente em cima de companheiros.

E dizia o presidente atual do partido, senador Álvaro Dias: "no momento da molecagem praticada pelo ex-presidente Olivir Gabardo", dizia ele: "emcerramos esta convenção porque senão nós vamos perder esta convenção aqui e agora".

E o senhor presidente Olivir Gabardo enfiou o livrinho da ata embaixo do braço e foi embora, para derrotar 14 amigos e companheiros; 14 emedebistas e peemedebistas, ilustre líder. É contra isto que eu me levanto e me rebelo, porque o PMDB não pode ter inimigos dentro de seus quadros; e eu não me considero inimigo nem dos posicionamentos políticos, nem das questões administrativas, mas me considero um leal companheiro, e critico o companheiro quando ele dá um passo em falso.

Nós lançamos a nossa chapa para ajudar a governar. E dizíamos: "queremos ser ouvidos para ajudar a governar", na nossa marchinha, ilustre deputado. Nós não estamos aqui para dividir, estamos aqui para somar, mas, não vamos concordar que o senhor José Richa, governador eleito por todos nós, desça do seu pedestal de governador, para fazer política exatamente contra companheiros do partido.

E, aí, todo um PDS a fazer permanentemente Oposição, e ele nunca desceu para fazer oposição ao PDS, pelo contrário, sempre serviu ao PDS, e está servindo.

Ilustre líder do governo, vossa excelência sabe que o governador está servindo mais ao PDS do que ao PMDB. Infelizmente a minha luta foi muito grande, estou afônico, não posso dizer tudo o que meu coração sente, mas sente uma coisa, líder do PMDB, líder do governo: vamos fazer a Assembléia trabalhar pelo povo. O povo está esquecido, o povo não está sendo lembrado. É só isso que eu peço.

Muito obrigado pelo seu generoso aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre deputado Osvaldo Alencar Furtado, já disse que admiro a sua combatividade. Mas, veja vossa excelência, e vossa excelência disse que devíamos fazer a Assembléia trabalhar pelo povo. Ainda nas últimas semanas, nós vimos comentários dos homens do PDS, aqui mesmo na Casa, ressaltando posicionamentos que os senhores deputados do PMDB têm tido, na condução dos destinos do Legislativo.

Isto é um fato incontestado, de que, realmente nesta Casa, houve uma mudança.

Então, eu não posso concordar com vossa excelência quando vossa excelência diz que o PMDB de hoje não é mais o PMDB de antigamente.

Acho que não, nobre deputado. A verdade é que os tempos mudaram. Quando nós éramos o MDB, - e aqui não está apenas o nobre deputado Adhail Sprenger Passos, que iniciou este partido - aqui, na verdade, estão muitos companheiros que começaram, esta luta em favor do antigo MDB e do atual PMDB.

É evidente que nos tempos do MDB nós vivíamos numa outra fase, numa outra época, em outras circunstâncias, tanto que o partido de oposição, em qualquer nível, nós, hoje, somos um partido encaminhando-nos para o Poder. Temos partes, facções, setores do Poder na mão, e é evidente que este comportamento teria que mudar.

Por isso, nobre deputado, vossa excelência parece-me, no seu acendrado idealismo, é exigente um pouco demais, em querer soluções, de imediato, de um governo que não tem o Poder decisório para, realmente, transformar esta Nação.

Há que considerar, vossa excelência, que a maior das questões que se discute, hoje, é exatamente o problema da centra-

lização administrativa.

Ainda amanhã o Congresso Nacional, numa tentativa mais de ordem paliativa, vai tentar encaminhar um esboço de reforma tributária, para ver como são difíceis os encaminhamentos de propostas de mudança neste arraigado autoritarismo de mais de 20 anos.

Nós estamos vendo aqui, as bancadas do PDS, onde hoje se constitui oposição aos Estados, numa reunião memorável e histórica, que precisa ser ressaltada aqui, encaminhando uma proposta para que o seu partido assuma as eleições diretas para presidente da República.

E são estes os homens de um partido que está no Poder, e sabem eles que dentro do seu partido existem forças ponderáveis que ainda não querem a abertura democrática.

Ora, se o próprio PDS que tem o presidente da República desejando eleições diretas, se o PDS, representado pelas bancadas tão dinâmicas como é a do Paraná, encaminha dentro do seu partido uma proposta para eleições diretas, e a Nação toda assiste de que existem forças renitentes do autoritarismo impedindo que realmente se consagre a abertura total a partir da eleição direta para presidente da República, como quer vossa excelência exigir que o PMDB, com apenas 8 meses de governo, e tendo uma parte do Poder, consiga dar resposta total, completa e irrefutável a toda proposta de mudança que nós nos propusemos na campanha.

Acredito que o trabalho de vossa excelência na Convenção do PMDB foi valioso, e o resultado das urnas não desmentem jamais.

Como eu disse, 21 por cento dos convencionais optaram pela chapa "Alternativa".

Isto foi, realmente, um recado ao governo. E sei de que a sensibilidade dos homens do PMDB, a partir do governador, dos deputados, dos secretários, e da própria nova Executiva do partido, estão conscientes de que deve ser, realmente, dado um novo encaminhamento político a este Estado.

Por isso, nobre deputado, refuto a afirmação de vossa excelência, de que existem homens no PMDB que se deixam negociar, que se deixam vender.

Acredito que, se existe uma diferença de comportamento é no entendimento que cada um faz, de que cada um tem o entendimento de que as questões políticas devem ser resolvidas dentro da arte do possível.

Tenha vossa excelência a certeza de que a nova Executiva do partido com o senador Álvaro Dias, o homem que em 82 enfeixou todas as forças antagônicas ao feudo político que existia aqui, do "neysmo".

Foi ele quem levantou a bandeira de uma nova fase política no Paraná. E este homem tem a sensibilidade de percorrer todo o Estado ao se fazer politicamente aqui, sempre com o voto direto, comprometido com a democracia. É uma liderança nova que, para se cristalizar no Paraná, terá, evidentemente, que dar um novo tipo de comportamento político à tradição política exercida no Paraná.

E saiba vossa excelência, de que, o novo presidente, como declarou ontem, não é presidente apenas, e a nova Executiva não será apenas uma Executiva da chapa Unidade Partidária, mas sim, de todos os peemedebistas.

Admitimos a crítica quando ela é procedente e razoável - como em parte ela é - mas queremos ter o direito de refutar quando entendemos de que ela, em determinados momentos é fruto da exaltação e fruto talvez, da paixão com que vossas excelências se jogaram nesta campanha.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eminente líder, eu acredito que vossa excelência ao subir à tribuna, subiu, para tratar de outros assuntos de maior importância inclusive para serem tratados neste plenário.

Porque quando ouço falar que o próprio governador José Richa trabalhou e votou para a eleição do senador Álvaro Dias a presidente do Diretório, não me espanta, afinal de contas, além de governador, José Richa, como político, integrou a chapa Unidade Partidária; o que me pareceria estranho seria, integrantes da chapa Partidária, pedir votos para a chapa Alternativa de Bases que, num jogo democrático, livre, soberano, pleiteou os votos dos nossos convencionais.

Eu ressaltaria mais: não, vendilhões, ressaltaria o próprio resultado, 56 votos contra 14, numa Convenção em que votaram 70 membros, 56 da chapa Alternativa, 14 da chapa Unidade, cada segmento e cada chapa cumpriu com o seu papel na defesa daquilo que programava para o seu Diretório. Valorizo portanto, essa eleição, valorizamos, sem dúvida alguma, a participação política que todos os segmentos da chapa tiveram, e acredito que, no jogo democrático, participar é importante.

O que não é importante não é verdadeiro, é tentar conquistar uma vitória pela derrota que se teve. Isso é arbitrário, isso não tem nada a ver com democracia, isso é inconformismo e a tentativa de diminuir uma vitória que, sem dúvida alguma, pelas próprias palavras do novo presidente do PMDB, senador Álvaro Dias, é um novo Diretório tentando unificar o PMDB do Paraná, de portas abertas para todos os segmentos do partido. E é dessa forma entendemos e é esse o apelo que fizemos, de que, no dia de ontem, só houve um vitorioso, que foi o PMDB do Paraná.

Ressentimentos não podem existir, porque, se na disputa eleitoral sobrar ressentimentos, isso é mais para o pensamento daqueles que preferem a força e o arbítrio, do que para aqueles que acreditam realmente e cumprem que a democracia é a participação e a disputa, no seu momento próprio e, a partir daí, é uma caminhada junta, em favor da causa comum de todos nós.

Nobre líder, eu agradeço em nome da chapa Unidade Partidária, a brilhante defesa que vossa excelência faz desta tribuna e tenho certeza que, serenados os ânimos, todos nós inclusive juntamente com o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, haveremos de recompor um trabalho em favor do PMDB do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de vossa excelência, e concedo aparte ao nobre deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — Deputado Nilso Sguarezi, eu acho que suas colocações refutando as críticas do deputado Osvaldo Alencar Furtado, foram muito bem feitas, mas eu queria, eu gostaria de fazer mais duas colocações: primeiro eu acho, deputado, que, para que um partido possa ganhar alguma eleição, é necessário que primeiramente o partido tenha uma grande estrutura partidária e, em segundo lugar, que tenha liderança para, juntando a força das lideranças com a estrutura partidária, possamos ganhar as eleições. O que alguns elementos, infelizmente, dessa chapa Alternativa de Bases colocou nos últimos dias, foi uma prática antropófaga, foi a antropofagia, dominando as colocações. Porque me pareceu querer, alguns elementos daquela chapa, liquidar com as Lideranças do PMDB, tentar esvaziar as Lideranças de José Richa, de Álvaro Dias, e fico a imaginar do que seria por exemplo, o PDS, se a sua Bancada Estadual passasse sistematicamente a tentar liquidar com expressão daquele partido como Ney Braga, Paulo Pimentel, Cândido Martins de Oliveira e em 86 numa próxima eleição para governador do Estado, não teria liderança para poder concorrer às eleições. É evidente que o PDS não está fazendo isto e não podemos admitir que se faça isso no nosso partido, por falta de uma consciência de que esses 20 anos de autoritarismo deixou a todos nós respingados. Mesmo aqueles que combateram o autoritarismo, ficaram contaminados pelo germe do autoritarismo e isto nós vamos nos curar através da discussão interna, combatendo posições autoritárias, mas não de público, uma prática antropófaga, liderar com as lideranças, porque, ao liquidar com as lideranças

nós não acreditamos então, quem sabe, no valor das estruturas partidárias, e nos suicidaremos politicamente. Isso quem sabe, é a falta de consciência do valor da nossa proposta, que para ser melhor implementada, precisa mais discussão interna e não, tentar liquidar com os valores pessoais que temos em nosso partido. Muito obrigado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Eu solicitaria um aparte ao nosso ilustre.

O SR. NILSO SGUAREZI - Concedo o aparte a vossa excelência.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Ilustre deputado, primeiro a nossa antropofagia é apenas a necessidade de destruir os que nos destruíram, para servir a quem nos ajudou a ser vitoriosos. Quando criticamos fazemos com a melhor das intenções e quando lançamos a Chapa Alternativa de bases, foi para dizer altaneiramente de que o povo do Paraná, muitos companheiros do partido estavam insatisfeitos. Insatisfeitos porque a antropofagia do deputado Mário Pereira quando se refere a nós, deveria referir-se à antropofagia necessária que nós devemos praticar, de destruir os que mataram Edson Luiz, Manoel Filho, Walter Pecoits, hoje cego de um olho, aqui do Paraná, essa antropofagia, ilustre deputado, é a que nós gostaríamos de praticar, para fazermos a ressurreição de um povo esmagado, achatado, explorado e enganado durante 18 anos. Nós só pretendíamos com a Chapa Alternativa, e só pretendemos com o nosso posicionamento, fazer com que o povo do Paraná, até os descontentes, passem a acreditar que no PMDB tem homens de todos os matizes, porque é uma frente, mas é um Partido honesto nos princípios, decente na conduta, e haverá de fazer um bom governo, se nós tivermos a coragem de dizer que nós não podemos fazer os mesmos governos de anteriormente, mas nós temos de fazer um governo, ilustre líder, voltado para o povo, este povo — sem demagogia e sem discurso de comício — mas este povo está passando fome, está subempregado, desempregado e esperou muito de todos nós, de José Richa e nós, simplesmente, temos sido re-lapsos. Isto é um puxão de orelha na minha própria orelha.

Isto é um alerta para todos nós de que, muita gente se nós podemos comer, tem muita gente que não está podendo, ilustre líder. Nós tivemos essa Mensagem de Justiça Social. É a grande mensagem do PMDB, de um governo com amor voltado para o povo. Vamos deixar de lado as pressões econômicas e militares e vamos fazer um governo do povo e para o povo.

Esta é a minha antropofagia. Vamos comer os capitalistas e os militares e vamos alimentar o povo do Paraná. Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Após vossa excelência ter feito uma refeição do conservadorismo, eu vou, sr. presidente, voltar ao assunto que efetivamente me trouxe à tribuna e que diz respeito a uma resposta aos senhores deputados do PDS.

Durante a discussão do Orçamento, os senhores deputados do PDS se preocuparam muito com o que conseguiram até criar uma certa dúvida nas pessoas que, não podendo manusear o Orçamento, acreditem estar lá consignadas vultuosas verbas para mordomia e publicidade. E um dos alvos preferidos da bancada do PDS parece ter sido a Secretaria do Interior, aliás, de um ex-integrante, dirigida hoje e tendo como seu titular um ex-integrante desta Casa, ex-líder do PMDB, o nobre deputado Nelson Friedrich.

Eu não quis proferir esse discurso durante a discussão do Orçamento. Em data de ontem o Orçamento foi efetivamente aprovado e eu me sinto agora à vontade então, para traçar um comentário sobre essa tentativa dos senhores deputados do PDS, de pinçarem a Secretaria do Interior para fazerem o seu proselitismo político, ou data vênica, como diria o nobre deputado Gabriel Manoel, a sua demagogiazinha eleitoral, muito embora es-

jamos muito, mas muito longe de uma eleição.

(Lê) : “ Notei e anotei, desde o início da discussão da Proposta de Orçamento, enviada a esta Casa pelo governo, o esforço de alguns deputados da bancada do PDS, inclusive seu eminente líder, para pinçar, pescar alguns números do documento, transformando-os em pretensos libelos contra a lisura e a honradez do governador e de alguns de seus Secretários de Estado.

Esta pescaria na verdade é constrangedora para dizer o mínimo sem ferir os limites do decoro. É constristador ver os herdeiros e compadres daqueles que por duas décadas dominaram o aparelho do Estado mercê, evidentemente ao processo expúrio da nomeação da Interventoria, transvestiram-se agora em honradas mulheres de César.

É constrangedor, contrista-me ver a bancada do PDS arvorando-se em juiz impoluto quando as denúncias de corrupção,, de desmandos, de depotismo dos governos passados levantadas pelo meu partido ainda ecoam neste Plenário e agridem todos os paranaenses.

É constrangedor, e contrista-me ver a bancada do PDS no Paraná vestir a toga de Magistrado, quando ao nível nacional o governo deste mesmo partido sufoca-se em escândalos enumerados às dezenas, as centenas, das Capemis, dos Delfins, das Bras-tel, da dívida externa, e como diz o seu eminente líder desta bancada, das Mallufadas, que no atacado e no varejo transformaram este País, no País da corrupção, da incompetência e da mais desavergonhada irresponsabilidade.

Na falta de argumentos consistentes para enfrentar a realidade de ser um partido que co-participa desta bandalheira toda, o PDS nesta Casa procura contra-atacar, procura canhestramente passar a ofensiva e respingar com a lama que o cobre a lisura e a honradez do governador José Richa e de seus Secretários de Estado. A manobra, no entanto, revela-se pífia, ridícula e mesquinha, pois falta-lhe a consistência da verdade. De forma irresponsável, e muito oportunista, alguns números da proposta do governo são sacadas com a clara...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A presidência informa a vossa excelência que está encerrado o seu horário e consulta se fará o uso do da Liderança.

O SR. NILSO SGUAREZI — Continuo o horário.

Na falta de argumentos mais consistentes para criticar a proposta orçamentária, o PDS procura se fixar em aparentes contradições, em cima das quais, compõem-se “samba de uma nota só”, repetindo-se a exaustão, o mesmo enfadonho discurso, quem sabe na infeliz esperança, que é a repetição insistente de inverdades trasmude-se em verdades.

Senhor presidente, senhores deputados, os homens que tiveram vinte anos para acertar, que dispunham de poderes como nunca vimos na história de nossa república e de nosso Estado, depois de vigorosamente repudiado pelo voto popular, na discussão do primeiro orçamento do governo do PMDB, ainda ousam vir a esta Casa e “ dar de dedo ” no Governador José Richa e nos seus Secretários. É muita ousadia. Em vez de cabisbaixos, envergonhados pelo caos, pelo destarte que espalharam por esta Estado e por este País, acenam à tribuna como “professores de Deus”, como que dotados de toda a sabedoria e toda honradez do mundo, vou agora examinar essas tais acusações, essas tais denúncias da bancada do PDS, senhor presidente, senhores deputados.

O peso maior das críticas do líder do PDS, nesta Casa, circundado pelos deputados Erondy Silvério, Gilberto Carvalho e Gabriel Manoel concentrou-se naquilo que chamaram de aumento injustificado das verbas de gabinete e de diretoria geral das Secretarias de Estado. E, de maneira especial, esses de-

putados descarregaram a sua ira e o seu inconformismo sobre a Secretaria do Interior, hoje tendo a sua frente o deputado Federal Nilton Friedrich, ex-líder do PMDB nesta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa excelência permite-me um aparte, senhor deputado?

O SR. NILSO SGUAREZI — Já concederei o aparte a vossa excelência.

Aliás, pensando que, com isto, estivesse produzindo uma jogada de efeito, o nobre deputado Erondy Silvério chegou mesmo de forma oportunista e imprópria a utilizar-se dos Anais desta Casa para de lá pinçar algumas críticas de Nelson Friedrich à proposta orçamentária do Governo Ney Braga. Só que, como vou demonstrar, mais uma vez o feitiço volta contra o feiteiro, e o bumerangue atirado sem maestria e competência acaba voltando-se contra a cabeça de quem o arremessou.

Afirmaram aqui, os senhores deputados Luiz Alberto Oliveira, Erondy Silvério, Gilberto Carvalho, ecoados como sempre pelo deputado Gabriel Manoel, gritaram aqui com compulsão e suspiro farasíacos que sentiram-se constrangidos diante do aumento da dotação orçamentária do gabinete da diretoria geral da secretaria do Interior. Permitiu-se, inclusive, o sr. deputado Erondy Silvério a um daqueles seus "gracejos" típicos através dos quais revela seu arraigado "macartismo", a sua irresistível tendência de caçador de bruxas porque foi o primeiro, na verdade, neste plenário, a levantar o problema dos "comunistódios", no governo Richa, o seu acendrado espírito inquisitorial ao nominar o secretário do interior, de "camarada", aliás de "companheiro e Camarada", pois, para o senhor deputado Erondy Silvério até mesmo a palavra "companheiro" tem uma conotação suspeita.

Vamos, então, examinar os acréscimos registrados na manutenção do secretário do Interior que tanto incomoda o PDS, que constrange os deputados do PDS em dizerem que o aumento foi injustificado.

O primeiro item diz respeito ao pessoal, diz respeito a funcionários de 1983 para 1984, haverá neste item um aumento convenhamos, senhores deputados do PDS, muitíssimo inferior à inflação que os nobres colegas de vocês, os nobres coleguinhos dos Ministérios, do Delfim Netto e do Ernani Galveas, com a prestimosa ajuda de outro militantes do PDS, este novato Afonso Celso Pastore, está prevendo para este ano.

Qual o escândalo então, neste acréscimo de 125 por cento no item "Pessoal"?

Tem mais. Tal aumento foi previsto em função da relocação de pessoal vinculado à Secretaria do Interior. Quando Nilton Friedrich assumiu a Secretaria do Interior, apenas stenta dos duzentos funcionários da Pasta estavam lá trabalhando. O restante estava por aí, espalhado por vários órgãos, à disposição disto e daquilo. Como foi praxe, nestes últimos vinte anos de desmandos administrativos, havia, neste Estado, um verdadeiro festival de funcionários de um órgão colocados à disposição de outro. Isto nem sempre por razões justificadas e até mesmo honestas. Aliás, havia até mesmo funcionários da Secretaria do Interior, servindo na Casa de um ex-titular da Pasta. Ex-titular que hoje posa de impoluto cidadão. Pois bem. O deputado Nilton Friedrich, assim que assumiu, como uma de suas primeiras medidas depois de se surpreender com a quantidade de funcionários de sua Pasta, espalhados por aí, solicitou a relocação deste pessoal.

Para se ter uma idéia, havia funcionários da Secretaria do Interior até à disposição de órgão de informação do governo federal e são os nobres deputados do PDS que colocam a possível conotação, ou querendo dar a conotação de "camarada" ao deputado Nilton Friedrich.

Não é só isto. Logo em seu discurso de posse Nilton Friedrich dizia que se recusava a ser o tinham sido até então, todos

os secretários de Estado, ou seja, simples lançadores de pedra fundamental e inauguradores de obras. No caso da Secretaria Interior, uma Pasta com meia dúzia de empresas vinculadas, o Secretário não passava de brinquedo nas mãos destas vinculadas. O Secretário só aparecia para lançar ou inaugurar obras, para assinar empenhos e coisas do gênero.

É claro que muitos Secretários gostavam disto. Pois, lançar pedra fundamental e inaugurar obras dava prestígio e votos. Foi por aí, que alguns conseguiram até se eleger deputado. Muitas vezes, em cima dos nobres companheiros do PDS que lutavam barbaramente para conseguir aqui um voto, um voto legítimo. E quantos dos federais, principalmente do PDS da bancada de hoje, que não se elegeram conforme denúncias neste plenário, integrantes do próprio PDS, com o peso e com o custo da máquina do Estado.

Além disto, cada vinculada era um feudo, fechado sobre si mesmo...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa excelência me permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Concederei o aparte. Vossa excelência há de reconhecer que cabe a mim o arbítrio, ou como diria o colega deputado Roberto Requião, o alvítrio de dar o aparte quando eu achar conveniente

O Sr. Gabriel Manoel — E a mim cabe pedir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então continue pedindo. Muitas vinculadas estavam fechadas sobre si mesmo, voltadas para seus próprios umbigos, sem nenhuma coordenação entre si. Até na abertura de buracos estas vinculadas não se entendiam. Pois bem, quando Nilton Friedrich assumiu, já foi declarando, logo de cara, que se recusava a este papel de supremo burocrata inaugurador de obra, de subgerente das empresas vinculadas à sua Pasta.

Ao assumir a Secretaria do Interior, ele assumiu também o controle político, administrativo e financeiro do conjunto todo. Acabou com os feudos. Inaugurou, com os Presidentes destas companhias, um novo relacionamento. Integrou as empresas entre si. Estabeleceu um colegiado que se reúne quinzenalmente discutindo, em conjunto, todos os problemas da Pasta.

Para dar um exemplo concreto à vossa excelência foi este trabalho do Secretário do Interior que conseguiu quebrar o tão decantado padrão COPEL. A COPEL que era um feudo fechado hermético, da tecnocracia, fazendo um custo de eletrificação rural insuportável ao nosso homem do campo.

Pois, foi este trabalho de teimosia até do Secretário do Interior que se conseguiu com a nova direção da COPEL, é verdade, se estabelecer um novo padrão, não o padrão COPEL imutável, mas um novo padrão que atenda à realidade deste Estado e quando começarmos o plano de eletrificação rural, a partir de 02 de janeiro do próximo ano, para chegarmos a cem mil eletrificações rurais no Paraná, o custo estará baixando na ordem de 40 a 60 por cento.

Ora para assessorá-lo nesse trabalho, Nilton Friedrich precisou contratar especialistas em cada área e montou então assessorias especiais para área de habitação, energia, meio ambiente, erosão e saneamento.

Um pessoal mínimo, mas altamente qualificado, contratou um pessoal mínimo e reicidou outros tantos funcionários da própria secretaria, até então abandonados, desprestigiados, desprestigiados ao ponto de os funcionários da SURHEMA fazerem centenas de notificações a empresas que poluíam o meio ambiente e a interferência política dos homens do PDS não permitia que a SURHEMA nunca tomasse uma posição firme, como ocorria por exemplo no vizinho município de Almirante Tamandaré, onde empresas, onde fábricas de calcário poluíam

a população inteira e em nenhum momento só uma empresa destas foi fechada, quinze dias depois de Nilton Friedrich a Pasta do Interior a Surhema prestigiada pelo seu titular, pela sua Secretaria, foi lá e fechou uma fábrica e só reabriu depois dos exaustores e depois dos condicionadores do meio ambiente estarem instalados.

Aqui, na verdade, outra realidade do serviço público herdado de vinte anos de desmandos, incompetência e inoperância, a realidade de funcionários esmagados com sua criatividade embotada, jogados num canto, a eles também Nilton Friedrich deu e está dando um tratamento diferenciado.

Muitos destes funcionários foram promovidos, tiveram sua situação salarial melhorada. Além disso, quando assumiu a Secretaria, Nilton Friedrich encontrou lá três dezenas de funcionários com tempo de serviço no Estado já vencido, mas que não ousavam se aposentar, por causa do ridículo salário que recebiam.

Pois bem, Nilton Friedrich tratou então de melhorar a condição financeira destes funcionários, a fim de que se aposentassem com um pouco mais de dignidade e ainda os homens do PDS acusam o governo do PMDB, de tentar enganar o funcionalismo público.

Sob este novo critério já aconteceram vinte aposentadorias, homens que exerceram vinte anos no mínimo, sob o comando do PDS, enviam ao governo do PMDB e sem qualquer tipo de perseguição política conseguem uma aposentadoria justa e humana a estes funcionários, promovendo-os num reconhecimento de que o trabalho prestado não foi a um partido político, mas que foi ao Estado do Paraná; ainda ousam dizer que os homens do PMDB tripudiam sobre o funcionalismo do Estado.

Não é justo então, senhor líder do PDS, senhores deputados, que o item "Pessoal" da manutenção do gabinete tivesse esse aumento de 120 por cento em sua dotação.

Na verdade, a única observação a ser feita aqui, é que o aumento deveria ser maior e nunca menor, porque a inflação todos sabem é muito maior do que 125 por cento.

Vejamos o segundo item, da manutenção do gabinete do secretário do Interior e o desrespeito a outros custeios. E aqui, graças a uma política de austeridade, empregada pelo ex-deputado Nilton Friedrich, temos uma diminuição de 4 por cento, em relação ao Orçamento anterior.

Caso houvesse alguma intenção de mordomia ou outra qualquer inconfessável tendência, certamente seria neste item, amplo, genérico, chamado de "outros custeios", que ela seria umbutida e disfarçada. Mas não. O item, "outros custeios", teve uma diminuição de 4 por cento em relação ao Orçamento de 1983.

Neste item, senhores deputados do PDS, estão imbutidos os gastos com publicação e propaganda. Esta que nós mostramos aqui. Se corrigidos os preços atuais, em 1982, o PDS teria gasto três bilhões e duzentos milhões de cruzeiros.

E o PMDB gastará, em números absolutos, com correção e tudo, no ano que foi o ano da eleição e vem criticar que nós estamos fazendo uma orgia de publicidade. Pois bem, senhores, sabem qual é o acréscimo previsto para esses gastos com publicações e propaganda, na Secretaria do Interior, apenas 33 por cento.

De 7 milhões e 500 mil cruzeiros, em 83, para 10 milhões, em 1984. 33 por cento apenas de acréscimo. E esta Secretaria do Interior, que está promovendo e muito, esta publicidade, sem o nome de governador, sem nome de secretário, de preser-

vação do meio ambiente, uma campanha elucidativa e educativa para que o povo preserve e defenda a terra rica do Paraná.

Para nós aqui, uma outra informação importante, para quem tanto se preocupa com escândalos. A verba de propaganda da Secretaria do Interior, senhores deputados do PDS, que em 83, no corrente exercício, era de 7 milhões de cruzeiros, foi quase toda ela gasta em janeiro e fevereiro deste ano.

Nos extortores do governo do PDS, numa clara e irretorquível demonstração de irresponsabilidade do dinheiro público. Tiveram só três meses de mando, neste ano, mas gastaram quase 60 por cento de verba. Em dois meses e duas semanas, a administração anterior, da Secretaria do Interior, detonou numa só campanha publicitária, uma campanha sem razão de ser, porque um governo depois que perde a eleição não tem mais moral alguma para comandar o Estado, a não ser o culto do personalismo próprio do governo passado, quase toda a verba publicitária, reservada para o ano todo de 1984. Este abuso não envergonha a bancada do PDS, este abuso não pecha os que aqui pousam de "mulheres de César"?

Não é preciso dizer que um dos responsáveis por esta gerência do dinheiro público, assim que deixou a Secretaria do Interior, como acontece com muitos ministros no Brasil, foi imediatamente contratado pela Agência de Propaganda que fazia negócios como este. Isto não envergonha ninguém? Isto não faz alguns deputados baixarem a cabeça?

Passamos agora ao terceiro item — da Dotação da Manutenção do gabinete do secretário do Interior, o item, "capital".

Aqui, realmente houve um acréscimo razoável, de um Orçamento para o outro. Só aqui, vou também frustrá-los em sua sanha de "caça às bruxas". Também aqui os senhores não encontrarão nenhuma fumaça que denuncie mordomia ou o que tais. À medida que chamou seus funcionários de volta, acabando com o nefando costume de funcionários à disposição disso e daquilo; como eu disse, havia até funcionários à disposição do SNI; à medida que aplicou essa moralização na Secretaria do Interior, as acomodações da Pasta, evidentemente, ficaram pequenas.

Além disso, é necessário equipar a Secretaria com instrumentos. Com condições mínimas para que ela exerça e exerça bem suas funções de órgão coordenador e unificador das empresas vinculadas. Como os secretários anteriores apenas se preocupavam em lançar pedra fundamental e inaugurar obras, evidentemente eles nunca se preocuparam em aparelhar a Secretaria do Interior.

Não era preciso. A única coisa que precisavam era que seus nomes constassem nas placas para que depois constassem nas cédulas eleitorais. Era para que as suas fotografias aparecessem nos jornais cortando fitas, abraçando prefeitos e coisas do gênero.

Então, deixaram a Secretaria completamente desaparelhada para ela assumir suas reais funções.

Daí então, este aumento no item "capital".

Este aumento visa aparelhar decentemente a Secretaria. Não é para pagar empregada, carro e motorista para mulher de secretário algum; como acontecia antes.

Aliás, neste ano de 83 o secretário Nilton Friedrich não permitiu a compra de nenhum veículo, a instalação de nenhum telefone novo, de nenhum móvel novo, inclusive, suspendeu uma licitação em curso para reforma interna da Secretaria que iria custar 8 milhões de cruzeiros. Em vez da construção de paredes, separando as seções dividindo melhor o prédio, Nilton mandou que estas divisões fossem feitas com biombo

mesmo, com armários e coisas assim.

Faço aqui um convite aos senhores deputados do PDS para que visitem a Secretaria do Interior, para que comprovem com seus próprios olhos o que estou afirmando aqui. Vão lá, vejam como eram as coisas por antes sem depois dizer besteiras aqui da tribuna.

Mas, que fantástica verba é essa destinada ao item "capital". A fantástica soma de quinze milhões de cruzeiros.

Sim. Quinze milhões, dinheiro que não dá nem para substituir os carros que a Secretaria tem necessidade de substituir.

Quinze milhões daria para comprar o que hoje?

— Duas Caravan, 2 Opalas e nada mais. Dinheiro insuficiente já se vê para aparelhar devida e condignamente as assessorias especiais dos secretários e todo o seu corpo funcional.

Assessorias aliás, que pelo seu trabalho já economizaram ao Estado e aos paranaenses alguns bilhões de cruzeiros. É isso mesmo, alguns bilhões de cruzeiros.

Foi graças ao excelente trabalho das Assessorias de Assuntos Energéticos da Secretaria do Interior que a Copel está mudando seus padrões para eletrificação rural. Foi graças a esta assessoria que provou ser o poste de madeira, mais vantajoso que o poste de concreto. Que o preço do poste de concreto no Paraná caiu de 8,5 para 4,6 ORTNs de maio para julho deste ano.

Sim porque, quando a Secretaria do Interior disse que na eletrificação rural iriam ser usados também postes de madeira, os fabricantes de poste de concreto imediatamente, baixaram significativamente o preço do poste de concreto.

Em 78 mil unidades, essa queda representa uma economia de um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros.

Sem favor algum, Nilton Friedrich e seus assessores, tiveram grande mérito nesta economia.

Ora, diante de um número como este, como alguém ousa dizer que a ridícula quantia de quinze milhões de cruzeiros no item "capital", na manutenção do gabinete é um número eloquente.

E este é o caso de se envergonhar senhores deputados do PDS.

Cito aqui o trabalho de mais uma assessoria: Assessoria de Habitação Popular. Pois bem, graças ao trabalho desta assessoria, em convênio com a Cohapar, foi possível elaborar um plano de construção de casas de baixo custo, pelo método alternativo, defendido pela Secretaria do Interior, vai, se possível, construir mais de 1.500 casas pelo preço de 1.000.

Vejam bem, pelo preço de mil casas vamos construir 1.500, graças a um trabalho da Assessoria da Habitação, embutida na Secretaria do Interior, que não existia anteriormente.

Mil e quinhentas casas pelo preço de mil!

Ora, é justo se dotem essas assessorias de equipamentos e materiais necessários às suas funções?

É justo ou não é justo que no item "capital" se reservem quinze milhões, digo eu, míseros quinze milhões para o trabalho de assessorias como essas?

Fazendo uma somatória dos acréscimos havidos na manutenção do secretário do Interior ...

O Sr. Gabriel Manoel — Senhor deputado, dê-me um aparte, por favor?

O SR. NILSO SGUAREZI — ... verificaremos que esses acréscimos significam apenas 165 por cento em relação ao Orçamento anterior, como se vê, um acréscimo insuficiente para cobrir a inflação que neste 1983 certamente, como afirmaram

ainda no recente encontro dos economistas, aqui em Curitiba, não ficará por menos de 200 por cento, graças à brilhante política econômica executada pelo governo federal, o governo dos nobres deputados do PDS!

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa excelência concede-me um aparte, deputado?

O SR. NILSO SGUAREZI — ... Então, pergunto eu, quem deve baixar a cabeça e se envergonhar?

Nós do PMDB, que estamos votando um Orçamento minúsculo, é verdade, de recursos, ou aqueles que no passado tiveram grandes orçamentos e não realizaram nada?

Examinemos, por fim, senhor presidente, senhores deputados, a manutenção da diretoria geral e dos grupos setoriais da Secretaria do Interior, também alvo do furor moralista de alguns deputados do PDS, item "pessoal", visando atender reajustes salariais, dos funcionários e despesas do gênero, aumento de um Orçamento para o outro temos 81 por cento.

Onde escândalo, senhores deputados do PDS?

Não acham que esse acréscimo é muito pequeno para a inflação?

O companheiro de vocês, Delfim Neto, companheiro sim, afinal ele é do Diretório Nacional do PDS, não acham muito pouco pela inflação que esse companheiro de vocês impõe ao País?

Item dois, "Outros Custeios", acréscimo do Orçamento de 1983 para 1984, apenas 77 por cento ...

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, dê-me apenas um aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas espere um minuto que eu termine.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa excelência fala tanto em PDS e tem medo da verdade?

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente, peço que me assegure a palavra.

Último item da "manutenção da diretoria geral e grupos setoriais", item "capital", acréscimo de 100 por cento, "em cima da pinta" quanto à inflação prevista para 1983, e aqui neste item para este acréscimo estão aquelas mesmas razões que apresentamos quando falei do gabinete do secretário.

Soma geral, de um Orçamento para outro a diretoria geral e os grupos setoriais, terão a sua manutenção acrescida em apenas 82 por cento.

Mais uma vez pergunto, onde o escândalo?

Onde as mordomias?

Eram esses, senhor presidente os esclarecimentos em nome da verdade que julgava necessários, como se vê mais uma vez a bancada do PDS tem as suas denúncias esfumadas pelas verdades dos fatos; os triunfos que julgavam em mãos, dissolvem-se em pó; as denúncias que julgavam uma montanha esfalelaram-se bizonhamente.

Pensavam aqui alguns deputados pegar o combativo e ex-deputado Nilton Friedrich em situação desconfortável, vexatória. É a situação de quem denuncia com base em inverdades e guiado por sua própria obsessão.

Esta Casa conhece muito bem ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o

horário de vossa excelência e a presidência concede-lhe um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Esta Casa conhece muito bem o deputado Nilton, conhece muito bem o nobre deputado Deni Schwartz, eles honraram esta Casa, e hoje honram o Executivo. Mas não é apenas na Secretaria do Interior, no gabinete do secretário, na diretoria geral que há correção, que há respeito ao dinheiro público.

Outras secretarias aqui nomeadas também adotaram os acréscimos em suas manutenções, esses mesmos critérios de lisura, de rigidez, de austeridade, de respeito ao bem público: as finanças públicas.

Vergonha, vexames, por enquanto são aqueles aqui denunciados pelo meu partido e referentes ao governo passado.

Muito obrigado, senhor presidente. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por dez minutos, o eminente vice-líder, deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o nobre deputado vice-líder do PDS, Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente, senhores deputados. *(Lê):*

"A falta de credibilidade tão reclamada hoje em dia, resulta não apenas da desatenção aos preceitos morais e éticos exigidos pela sociedade brasileira, mas, inclusive, pelas expectativas não satisfeitas em virtude do mau desempenho de processos e de medidas governamentais propostas em tempo de crise.

A descrença do povo, gerada a partir da instabilidade e insegurança que aflige a Nação brasileira cria condições favoráveis para o desencadeamento de pregações messiânicas em clima de absoluta emoção.

Há propostas políticas montadas em cima desse quadro psico-social, tornando-se, no momento presente mensagens insinuantes como por exemplo, aquela que se propõe "tentar ocupar o vazio político que é o espaço da credibilidade pública".

O tema proposto cabe, tanto aos bem como aos mal intencionados.

A situação econômica, política e social do país requer, antes de tudo, prudência e equilíbrio do homem público, transmitindo essa postura à sociedade em geral, evitando, com isso, fatos lamentáveis e conseqüências desagradáveis, atinjam, a vida nacional.

Convém sempre lembrar que, através de idéias e de homens, é que se edificou o desenvolvimento sócio-político.

"Idéias que se teve — e homens para realizá-las".

É preciso que na realidade brasileira, em uma sociedade que se pretende organizada, some-se às idéias e aos homens também as instituições, pois, estas, permanecem, e se aperfeiçoam.

Quanto à nossa agremiação partidária, o Partido Democrático Social, consciente de importância do momento nacional e em atenção aos anseios e aspirações do povo, está disposta a rever posições, a discutir direitos já anteriormente adquiridos sem medo de enfrentar os riscos dessa atitude desde que, porém, seja este verdadeiramente o caminho da redenção da sociedade bra-

sileira.

Repito, agora uma frase ouvida recentemente: "se não fizermos o que deve ser feito logo, logo não haverá mais condições para fazermos o que devemos".

O PDS vive, indiscutivelmente, uma nova fase, resultante do próprio processo de abertura política no país, sendo exigida pela conjuntura nacional, adequações do partido a um regime democrático que ora se consolida.

O partido atual, como aquele que o antecedeu, a extinta Aliança Renovadora Nacional, viveu longo período de imobilidade, caracterizando-se durante todo esse tempo, como apêndice do governo em todos os planos.

Agora, porém, faz-se necessárias mudanças em sua postura, o que implicará em significativas alterações em sua atuação e em sua imagem.

Por força do próprio processo evolutivo do reestabelecimento do estado de direito, e a devolução à sociedade civil, de estabelecer os caminhos do futuro que deseja o PDS, moderniza-se cumprindo o papel que lhe cabe nesse processo, e consciente da importância dessas mudanças.

A modernidade a que me refiro, a nível de partido, é o elemento essencial de visão histórica, que faz a diferença entre nós (o hoje) e nossos antecessores (o ontem).

A nova experiência que vive o PDS à medida em que a democracia no Brasil vai se estabelecendo, é que, no salutar jogo de alternância do Poder, coloca-o, também, em alguns Estados, como no Paraná, por exemplo, na oposição ao governo estadual, e oferece ao partido condições de exercer medidas anteriormente desnecessárias ou inócuas.

A grande mudança que se observa no partido, principalmente nos Estados em que se encontra na oposição é, através da criatividade no plano das representações mentais.

Maior sensibilidade e maior afetividade nesse plano do que o conceituei como representações mentais, destacam-se sobre os aspectos de ordem política ou econômica.

Aqui no Paraná, no esforço de adequação do partido, a nova realidade político-institucional do País, destaca-se o trabalho, o desempenho e a orientação do líder da bancada, da minha agremiação nesta Assembléia Legislativa, o eminente deputado Luiz Alberto Oliveira.

A criação da Associação dos Deputados Estaduais Pedestistas do Extremo Sul, que congrega os deputados dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná, de propósitos bem evidente e já amplamente difundidos e em marcha, a Associação Nacional de Lideranças Pedestistas de Oposição, entidade de âmbito nacional, com propósitos consagrados na recente e divulgada Carta de Curitiba, e, ainda mais, a ação político-administrativa junto ao governo federal, apelidada por alguns como "governo paralelo", com objetivos de alcançar os recursos que o Paraná tanto necessita e que faz jus, são alguns pontos que demonstram a dimensão oposicionista do Partido Democrático Social no Paraná, através de iniciativas do deputado Luiz Alberto Oliveira, e que denotam a qualidade da liderança que ora desfrutamos.

O líder da bancada do PDS nesta Casa, não apenas nos une e nos encoraja ao trabalho oposicionista, mas ganha notoriedade além do âmbito político paranaense, ganhando com méritos espaços políticos mais amplos, como, por exemplo, a presidência das duas Associações referidas, nascidas, com certeza, de seu entusiasmo e de seu empenho.

A verdade é que cada geração, eminente deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, tem interesses e solidariedade

A competição atribuída, muitas vezes, a integrantes de uma mesma geração, o que seria perfeitamente natural, não consegue romper os fortes elos de conotação e de identidade entre aqueles que a compõem.

A afirmativa que cada geração produz os seus próprios talentos, o deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira apresenta-se como um grande exemplo nesse sentido”.

De sua autoridade e liderança, todos nós, conscientemente, integrantes da bancada estadual do Partido Democrático Social nesta Assembléia Legislativa, carecemos.

No desempenho de sua atividade de liderança oposicionista, o ilustre companheiro, no emprego de palavras de maneira fascinante e perturbadora, vem imprimindo uma crescente significação no seu trabalho.

Em alguns momentos, é verdade, certas ocorrências conjunturais, deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, contribuem para diminuir o ímpeto e o interesse do trabalho partidário e de oposição.

Porém, deputado, vossa excelência tem sido capaz de resistir ao desalento temporário, de perseverar em face de obstáculos e de recobrar energias, aumentando ainda mais o interesse de resistir às dificuldades e vencê-las.

Isto o faz líder, que empolga e que entusiasma, e que recolhe, por isso, o nosso orgulho e a nossa admiração.

Esta, por certo, é a opinião de todos nós, falo em nome de meus companheiros, inclusive, integrantes da bancada do Partido Democrático Social nesta Casa”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra, por 10 minutos, ao senhor deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor presidente, senhores deputados.

A bancada nacional do Partido Democrático Social promoveu no último final de semana, um Encontro de Líderes de Bancada e Deputados Estaduais com mandato às Assembléias Legislativas, onde o PDS é oposição.

Depois de várias discussões plenárias chegou-se à conclusão de que seria necessário formalizar um documento com as “Conclusões do Encontro”, e ao mesmo tempo, com a formação de um rol de princípios de trabalho por parte do Partido Democrático Social.

Desta forma, elaborou-se a Carta de Curitiba. Este deputado compôs a Comissão de Redação que esteve ainda composta pelos deputados Francisco Lomelino, do PDS do Rio de Janeiro, Felix Bestene do Acre, Daladier Agi do Mato Grosso do Sul, e Clarismar Fernandes, do Estado de Goiás, e o texto da “Carta de Curitiba”, é o seguinte: (Lê):

Reunidos em Curitiba, nos dias 18 e 19 de novembro de 1983, líderes de bancada e deputados estaduais com mandato às Assembléias Legislativas em que o PDS é oposição, após discutirem problemas e questões nacionais e regionais, firmam como princípios básicos de trabalho:

1. considerar fundamental para o processo sucessório da presidência da República a imediata convocação do Diretório Nacional do PDS a fim de firmar posição sobre a matéria;

2. defender a realização de eleições diretas para todos os níveis, pois que, parlamentares eleitos democraticamente, não temos receio da vontade da Nação, consagração política que só possuem os que já foram batizados pelo voto popular;

3. estabelecer como regra de conduta partidária a audiência de diferentes extratos da sociedade brasileira, ativando a comunicação do PDS com a Nação;

4. repudiar toda e qualquer insinuação, ou outra manifestação que pretenda atingir o nosso partido, que, se em vários momentos apoia o governo, historicamente, está comprometido com a tarefa de servir aos brasileiros, posição que deve ser irrenunciável;

5. considerar o preceito constitucional que estabelece eleição indireta para a presidência da República como regra como regra democrática, sem perda da substância pela posição favorável ao pleito direto;

6. denunciar ao País que os partidos oposicionistas nunca deixaram de se servir das eleições indiretas, como aconteceu com o antigo MDB no Rio de Janeiro e como ocorre atualmente com as prefeituras das capitais, fato que se agrava em Curitiba, por ser o prefeito indireto, fundador e ex-presidente do Comitê Nacional de (?) Municipal;

7. responsabilizar os condutores da política econômica pelo agravamento da atual crise brasileira, pelo irrealismo de suas propostas, pela falta de atenção ao problema social do País e pela repugnante teimosia com que permanecem à frente de ministérios e outros setores administrativos do governo federal;

8. sugerir ao presidente da República uma reforma ministerial, em que o PDS, como partido majoritário, passe a exercer influência real nas decisões e na execução dos planos governamentais, recolocando os tecnocratas no lugar onde são úteis, sem poderes para adotar decisões para as quais somente os políticos estão aptos;

9. lutar por uma justa reforma tributária, descentralizando o poder e restituindo aos estados e municípios, substancial parcela das rendas geradas por seus cidadãos;

10. reivindicamos que o governo federal passe a dar todo apoio ao PDS nos estados onde o PMDB e o PDT elegeram governadores, uma vez que estes, apesar de fazerem corte às autoridades federais, em Brasília, orientam e comandam em nossos estados, ações no sentido de desmoralizar aquelas autoridades, por meio de demissões, transferências e todas as formas de pressão;

11. manifestamos a nossa convicção de que as soluções dos problemas nacionais não passam necessariamente por políticos de outros partidos. A experiência dos estados governados pelo PMDB e pelo PDT é negativa, com a comprovada incompetência administrativa, comprometendo seriamente o otimismo dos eleitores que atribuíram a esses governadores o voto da esperança nas eleições de 1982, agora transformado em frustração;

12. confiamos nos companheiros que realmente adotaram o PDS como o canal político-partidário de sua preferência e, por possuírem valores humanos dos mais respeitáveis, não temos receio do embate eleitoral, basta que não sejamos atropelados pelos tecnocratas, eleitores de um voto só, sem nenhuma vocação para o exercício democrático do Poder.

13. Finalmente, denunciamos à Nação a maneira antidemocrática com que os governadores do PMDB e do PDT, eleitos no último pleito, vem administrando os seus respectivos estados, ferindo frontalmente os direitos humanos.

Comissão de Redação:

Deputado Airtton Cordeiro (PR)

Deputado Francisco Lomelino (RJ)

Deputado Félix Bestene (Acre)

Deputado Daladier Agi (Mato Grosso do Sul).

Deputado Clarismar Fernandes (Goiás)."

Este, senhor presidente, senhores deputados, o texto da carta elaborada pelos deputados do PDS, opositoristas nos Estados brasileiros, neste conclave que foi promovido pela bancada de deputados estaduais, que contou com a coordenação do secretário geral do partido, deputado Gabriel Sampaio, com a presidência do líder de nossa bancada, Luiz Alberto Oliveira e que reflete, acima de tudo, não só o pensamento individual dos parlamentares presentes àquela reunião, mas documento que reflete a necessidade urgente e inadiável de uma nova postura política nacional que valorize crescentemente o político, que afaste do poder os tecnocratas que tanta contrubuição negativa tem trazido ao nosso País.

Ficáramos muito mais felizes que pudessemos dizer que a contribuição desses tecnocratas é positiva para a Nação brasileira:

Conseqüentemente, como políticos, como parlamentares, como homens com afinidade e com bases populares; nós não podemos aceitar mesmo que se considere o governo federal,, como um governo eleito pela maioria do Partido Democrático Social.

Senhor presidente, senhores deputados, os interesses da Nação, os interesses do povo brasileiro, estão muito acima das questões partidárias e este documento reflete o meu posicionamento pessoal por inteiro, como tenho certeza, reflete o posicionamento pessoal por inteiro, de cada um dos companheiros do PDS com assento nesta Assembléia, e gostaríamos que esse documento fosse ao mesmo tempo, a grande cartilha para a atuação do Partido Democrático Social a nível nacional, porque somente assim é que nós poderemos nos liberar do garrote que hoje ainda está a nos prender e nos liberar dos princípios negativos da política brasileira.

Estamos superando gradativamente o tempo do arbítrio, da excepcionalidade e da ditadura. Temos ainda hoje, em nosso País lamentavelmente, uma ditadura econômica que precisa ser suplantada, que precisa ser sepultada e que há de ser derrotada com atuação da classe política brasileira. Mas também temos a consciência de que a ditadura política que terminou no Brasil, somente se concluirá a partir do momento em que a ditadura econômica não mais prevalecer, pois está está apoiando o povo brasileiro e a este apoio nós não podemos resistir e a eles, nós devemos nos colocar frontalmente contra em função dos interesses maiores da Nação brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A presidência consulta-se o PDS fará uso dos oito minutos restantes. Com a palavra o deputado, líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, a participação do eminente deputado Airton Cordeiro atual Coordenador da nossa bancada, nesta tribuna, é a resposta mais evidente ao líder do PMDB de que o PDS no Paraná, é composto de homens que não têm duas faces, que não se vergam aos poderosos como faz o governador José Richa, ao bajular Ministros, ao procurar com a sua notória sensibilidade para agradar aos poderosos, qualidade ou defeito que possui desde a época em que era Prefeito de Londrina, muito superior aos homens do PDS, que assumem posturas claras e definidas em defesa do povo do Paraná, aliás, partido de biônico, partido de quem se aproveitou de 20 anos de excessão no Paraná; é hoje o partido que está também no governo no Palácio

Iguaçu.

Vejam, senhor presidente, vejamos senhores deputados, a bioncidade do Senhor Affonso Alves de Camargo Neto, um dos líderes mais proeminentes do PMDB. Vejamos, senhor presidente e senhores deputados, a participação do senhor Jayme Canet Júnior a quem reconhecemos ter feito uma grande obra administrativa com o apoio de Ney Braga, representante do Paraná no Governo Federal e com apoio nosso neste Plenário, votando emendas, projetos, e solicitações de empréstimos para que o Paraná pudesse ser rasgado de estradas. Enquanto que o Partido dos biônicos no Paraná negava tanto aqui neste Plenário, quanto pela omissão do acidente eleitoral Leite Chaves, do omissor José Richa, e do bioônico Affonso Camargo Neto o apoio para que o Paraná pudesse desenvolver estradas, escolas e obras em favor da nossa comunidade.

Não aceito assim, portanto, a colocação inicial do discurso do eminente líder do governo nesta Casa, quando pretendeu após vinte dias, acordando como nós esperamos que acorde o governo sonolento de José Richa para rebater as colocações feitas sobre o Orçamento pelos eminentes deputados Gilberto Resende de Carvalho, Erondy Silvério, Odeni Mongrue, Augusto Carneiro e este deputado que ocupa a tribuna.

Foi infeliz sua excelência na demora; foi infeliz sua excelência ao pretender imputar aos homens do Paraná qualquer tibieza na defesa dos interesses da moralidade, da renovação dos costumes e da criação de um novo tempo político no Brasil.

Parece que sua excelência após ter recebido um discurso preparado nos porões do Palácio Iguaçu ou nas salas secretas dos Assessores bem remunerados da Secretaria do Interior veio a esta tribuna tal qual papagaio a repetir dados que o seu patrão lhe ensinou. Não, senhores parlamentares, nós não precisamos de tempo para responder, nem de discursos preparados em outros locais que não na Assembléia Legislativa. Nós podemos demonstrar que o número é a prova mais evidente que existe e o número do Orçamento demonstra claramente as despesas com gabinetes de Secretário do Interior e do Diretor Geral daquela Pasta, subiram do exercício de 1983 deste Exercício, para o Exercício de 1984, exatamente 207 por cento no Gabinete do Secretário e 821 por cento no Gabinete do Diretor Geral.

E vamos ver, senhores deputados, qual é o enunciado do orçamento a respeito destas verbas? Será aumento de pessoal, será contratação de técnicos? Será equipamentos que o nobre deputado Nilso Sguarezi fez um esforço inaudito para convencer a esta Assembléia? Não.

Diz a Mensagem do governador José Kalil Richa: supervisão e coordenação superior, código 03501137220781, manutenção do gabinete do Secretário, Secretaria de Estado do Interior, assessoramento técnico jurídico e administrativo ao Secretário, desempenho de atividades cerimoniais e de Comunicação Social, além de acompanhar e avaliar a programação de entidades vinculadas à Secretaria. Ora, é evidente que é a verba da mordomia. Se o Secretário é um Secretário austero, se o Secretário não vai gastar, por que então colocar este aumento exagerado na verba de manutenção do gabinete dos Secretários? Qual é o "passe de mágica" que o governo do Estado iria fazer se realmente fosse um governo da austeridade do Paraná? Será que ele ia se valer daquela oportunidade do Artigo 8.º da Mensagem governamental, aquela que propicia ao "todo poderoso" Erasmo Garanhão em mudar o orçamento e as rubricas orçamentárias ao seu bel-prazer sem consulta deste Poder Legislativo?

E vamos analisar ainda a argumentação do deputado Nilso Sguarezi. Ele disse que o secretário Nelson Friedrich não iria usar a mordomia e, para justificar este aumento exagerado da verba da mordomia, ele se refere ao governo passado dizendo que já aposentaram vinte funcionários, que estão contratando outros, firmas especializadas, que não compraram nenhum carro este ano. É que sua excelência esquece que, neste plenário, foi denunciado que o senhor Nelson Friedrich pegou um avião pago com o dinheiro do povo para fazer uma reunião política em Toledo e não para cuidar de obras. Será que sua excelência não entende que ele dizendo que o dinheiro é para pagar melhor funcionário, ele está criando três categorias de funcionários públicos no Estado do Paraná: a categoria dos funcionários dos gabinetes que recebem mais do que o funcionário comum e a categoria dos especialistas, dos contratados que são contratados a peso de ouro, ganhando quatro, cinco, seis, dez vezes mais do que ganha um técnico que tenha vinte anos de função e que entrou no governo do Estado pelo concurso? Não, sem licitação, o governo do Estado está importando técnicos, técnicos de Brasília como a "máfia mineira" que domina hoje a secretaria de Indústria e do Comércio. Quais são esses técnicos altamente remunerados que sua excelência o deputado líder do governo revelou existir no gabinete da Secretaria do Interior, enquanto milhares e milhares de funcionários pais de famílias estão sendo exonerados porque não concordam com a prática do autoritarismo, do centralismo, da anti-democracia que impera no Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A presidência informa que o seu horário já está esgotado em dois minutos, e, portanto, está terminado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço a vossa excelência. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli constante do expediente, solicitando preferência na discussão do Projeto de Lei n.º 187/83, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n.º 112/83 — proposta do plano geral do governo do Estado, consubstanciado no dc.º Paraná-Plano de Ação 1984/1987; 178/83, que altera dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04.12.78, que dispõe sobre a estrutura da receita do Estado- CRE; 187/83, que altera dispositivo da Lei n.º 7.547, de 10.12.81, que dispõe sobre a estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça— **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere e solicita ao senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

É feita a chamada nominal dos senhores deputados).

37 senhores deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Em votação o requerimento.

23 senhores deputados aprovaram; 11 senhores deputados rejeitaram. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência na discussão e votação acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 187/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 121/83), que altera dispositivos da Lei n.º 7.547, de 10.12.81, que dispõe sobre estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências. Com PARECER E EMENDA FAVORÁVEL da C.C.J., e PARECERES FAVORÁVEIS DA C.R.H. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. (Publicado no D.A. n.º 115- Mensagem n.º 121/83).

EMENDA N.º 1

Ao Projeto de Lei n.º 187/83.

INCLUA-SE ONDE COUBER.

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, passa a ser o constante do Anexo I, da presente lei.

Art. 2.º — A denominação e classificação dos cargos — o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes dos Anexos II, III, IV e V.

Art. 3.º — Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo "A", ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe A- Referência I;

I — Os ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo "B" e "C", Consultor Administrativo "A" e Secretário de Comissão "A", ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I— Classe B — Referência I;

II— os ocupantes dos cargos de Consultor Administrativo "B", Secretário de Comissão "B" e "C", ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I— Classe C— Referência I;

III— os ocupantes dos cargos de Assessor Legislativo "A" e "B", Assessor Administrativo "A" e "B" e Assistente de Comissão "A" e "B", ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I — Classe D — Referência I;

Art. 4.º — Os atuais ocupantes do cargo de Médico e Dentistas, ficam classificados da seguinte forma, e nos termos do Anexo III.

I — os ocupantes do cargo de Médico "A", ficam classificados no cargo de Médico I — Classe A — Referência I;

II— os ocupantes do cargo de Médico "B", ficam classificados no cargo de Médico I — Classe B- Referência I;

III— os ocupantes do cargo de Médico "C", ficam classificados no cargo de Médico I — Classe C — Referência I;

IV — os ocupantes do cargo de Dentista "A", ficam classificados no cargo de Dentista I — Classe A — Referência I;

V — os ocupantes do cargo de Dentista "B", ficam classificados no cargo de Dentista I — Classe B — Referência I;

Art. 5.^o — os atuais ocupantes dos cargos de Taquígrafo "A" e "B", ficam classificados nos cargos de Taquígrafo TA-3 Classe A e B — Referência I, respectivamente, e os ocupantes do cargo de Auxiliar de Comissão, ficam classificados no cargo de Auxiliar de Comissão AC-3 — Classe A — Referência I, nos termos do Anexo IV.

Art. 6.^o — Os atuais ocupantes dos cargos de Oficial Legislativo "A", "B", "C" e "D" ficam classificados nos cargos de Oficial Legislativo OL-4 — Classe A,B,C,e D, — Referência I, respectivamente nos termos do Anexo V.

Art. 7.^o — Os atuais ocupantes dos cargos de Secretário de Comissão "A", sem formação universitária, permanecerão nesta situação com seus vencimentos calculados na Classe C — Referência I — de Consultor Legislativo, extinguindo-se os respectivos cargos ao vagarem.

Art. 8.^o — Os vencimentos dos funcionários da Assembléia serão fixados para cada classe com base no vencimento do cargo de Consultor Legislativo CL-1 — Classe A, Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo Único — O vencimento mensal do cargo de Consultor Legislativo CL-1 — Classe A, Referência I, é fixado em CR\$ 241.479,00 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros).

Art. 9.^o — O funcionário promovido horizontalmente, perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2 por cento na referência II, 4 por cento na referência III e 6 por cento na referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do Cargo de Consultor Legislativo CL-1 — Classe A, Referência I.

Art. 10 — A elevação do funcionário à referência ou à Classe imediatamente superior aquela a que pertencer, dentro da mesma série de Classe, bem como o ingresso na inicial, será regulamentada por Resolução, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional que será apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Parágrafo Único — Abrir-se-á concurso público para provimento dos eventuais cargos remanescentes, somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 11 — A Comissão executiva promoverá por Decreto Legislativo, dentro de 30 (trinta) dias, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal, à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta Lei.

Art. 12 — Ficam transformados 30 (trinta) cargos vagos de Consultor Legislativo CL-1 — Classe D, Referência I, em 13 (treze) cargos de Procurador, com vencimentos fixados no percentual de 130 por cento do valor fixado no parágrafo único, do art. 8.^o.

Parágrafo Único — os cargos criados por este artigo serão preenchidos pelos funcionários classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-1, Classe A.

Art. 13 — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, seis (06) cargos de Jornalistas-2 Classe A — Referência I e quatro (04) cargos de Redador-2, Classe A — Referência I, a serem preenchidos por concurso público.

Art. 14 — Ficam criados deis (10) cargos de Técnico Legislativo TL-3, Classe A, Referência I, a serem preenchidos por funcionários efetivos do Poder Legislativo, norteadores de Diploma de Cursos Técnicos de Segundo Grau.

Art. 15 — Ficam criados seis (06) cargos de Taquígrafos TA-3, Classe B, Referência I, a serem preenchidos por concurso público.

Art. 16 — Ficam extintos três (03) cargos vagos de Médico "C", nível 6, trinta (30) cargos de Oficial Legislativo "C", Nível 13 e nove (09) cargos de Oficial Legislativo "D", nível 14.

Art. 17 — Os dispositivos desta lei aplicam-se ao Pessoal Inativo, cujo enquadramento será efetuado através de Decreto Legislativo.

Art. 18 — Ficam mantidos os requisitos e condições estabelecidos para o provimento de cargos em Comissão do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 19 — O funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa que tenha exercido ou venha a exercer, mandato Legislativo Estadual, será enquadrado no cargo de Procurador criado pelo Art. 12, desta Lei.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.^o 187/83.

Oriundo de Mensagem Governamental, vem a exame desta Comissão, o presente Projeto de Lei que intenciona proceder alterações no quadro do Tribunal de Justiça do Estado.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, deixa de apreciar o mérito da iniciativa, por entender que a medida justifica-se por aí só, vez que, parte do Tribunal de Justiça a solicitação enviada pelo senhor governador do Estado.

Nota-se, perfeitamente que o projeto preenche os requisitos legais exigíveis para sua normal tramitação, não conflitando com o dispositivo legal ou constitucional que se lhe possa antepor.

De outra parte, a necessidade de ajustamento de quadros de pessoal não cinge-se à esfera de competência do Tribunal de Justiça, mas também a vários outros órgãos e poderes do Estado, notadamente o da Assembléia Legislativa que está a merecer urgentes adequações, a sua nova realidade administrativa.

Desta forma, não podemos deixar de aproveitar esta oportunidade para na qualidade de membro do Poder Legislativo, oferecer ao Projeto a emenda anexa, que achamos virá de encontro às reais necessidades administrativas e funcionais da Assembléia Legislativa.

Assim, somos favoráveis ao Projeto, com a emenda oferecida.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente.

HOMERO OGUIDO — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.^o 187/83.

O Poder Executivo, com a Mensagem n.^o 121/83, encaminha anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos de Lei n.^o 7.547, de 01 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado e dá outras providências.

Na justificativa, o senhor governador noticia que o anteprojeto de lei submetido a esta Casa é formulado em razão de manifestação da presidência do Tribunal de Justiça do Estado,

esclarecendo detalhadamente a necessidade, oportunidade e alto significado de que está revestida a proposição.

A Comissão de Constituição e Justiça, em minucioso pronunciamento opinou favoravelmente, aproveitando a oportunidade para apresentar uma emenda, adequando com essa medida o Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado.

Por sua vez, a Comissão de Finanças, analisando cuidadosamente o aspecto financeiro, conclui favoravelmente à matéria.

Esta Comissão de Recursos Humanos, sensível a toda e qualquer iniciativa destinada a melhorar as condições estruturais e financeiras do funcionalismo público estadual, desde que amparada na ordem administrativa e no direito, sente-se à vontade para aprovar o Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente.
Acir Mezzadri — Relator

Parecer ao Projeto de Lei n.º 187/83.

COMISSÃO DE FINANÇAS

O Plano de Lei em estudo, encaminhado a esta Casa, pelo senhor governador do Estado, teve a sua origem em proposta do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça. Tem por escopo alterar dispositivos da Lei n.º 7.547, de 10.12.81, que dispõe sobre estrutura do Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

Ao anteprojeto foi apresentada emenda pela douta Comissão de Constituição e Justiça, para possibilitar melhores condições aos funcionários desta Casa. Além deste aspecto, cabe ressaltar que mesmo com a aplicação das normas previstas, os gastos com pessoal desta Assembléia Legislativa ficariam em valores mensais ainda muito aquém dos que serão efetuados por congêneres com menor número de parlamentares.

Enfim, analisando as iniciativas, conforme as atribuições definidas a esta comissão, observamos que são viáveis no aspecto financeiro, sendo, conseqüentemente, FAVORÁVEL o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente.
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

Sob o referido projeto, requerimento subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja desentranhada do Projeto de Lei n.º 187/83, a emenda oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça, bem assim fotocópias dos pareceres ao Projeto oferecidos, encaminhando-se esses documentos à Comissão Executiva para exames e posterior oferecimento da matéria, se for o caso, como projeto de lei.

Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar a votação do requerimento).

Senhor presidente, a este projeto de que se pretende dar nova estruturação e nova denominação de alguns cargos do Poder Judiciário, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em boa hora, com o apoio unânime, quero crer dos dois partidos, resolveu apresentar emenda visando adequar o Quadro de Funcionários deste Poder às novas realidades, possibilitando por outro lado, a criação de estímulos funcionais de há tanto tempo reclamados por funcionários deste Poder

Estou sendo informado agora, por funcionários desta Casa

de que se chegou a um compromisso com a bancada majoritária, no sentido de se desentranhar a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, para que amanhã o funcionalismo da Casa tivesse oportunidade de ver apresentada nova emenda em 2.ª Discussão, possibilitando a criação destas melhorias funcionais, aos funcionários do Poder Legislativo. Credo neste compromisso e aguardando a apresentação de emenda amanhã, a bancada do PDS votará favoravelmente, reservando-se o direito de cobrar, amanhã, dos eminentes deputados que fizeram contacto com a Associação dos Funcionários desta Casa, o cumprimento da emenda que dará as condições reclamadas pela justiça do trabalho dos funcionários desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação o requerimento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI — (Para encaminhar a votação) —

Senhor presidente, senhores deputados. Estamos de acordo com o que disse o nobre líder Luiz Alberto Oliveira, porque houve um compromisso dos deputados do PMDB e dos deputados do PDS com a Associação dos Funcionários da Assembléia, quando foi feito um novo estudo, para que fosse apresentado em segunda discussão.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados do PDS e do PMDB, e funcionários desta Casa, o requerimento apresentado pela Comissão Executiva, é apenas para desentranhar a emenda apresentada à Comissão de Justiça, para que essa emenda se torne um projeto em separado; e para que amanhã, nós com o compromisso firmado entre as duas bancadas e a Comissão Executiva, anexemos ao Projeto 187/83, do Tribunal de Justiça, essa emenda que foi apoiada pelos dois partidos para que haja a reestruturação do Quadro dos Funcionários da Assembléia. Por isso temos certeza que amanhã será apresentada. E nós, de imediato votaremos o mais cedo possível, para que a Assembléia dê aos seus funcionários mais dignidade para que possam trabalhar com a altivez com que sempre trabalharam, porque não é com salários ruins, defasados, com problemas financeiros que os funcionários, que apesar disso, elevam muito esta Assembléia. Nós temos certeza que amanhã as duas bancadas e a Comissão Executiva farão justiça de tantos anos que esses funcionários vieram labutando e sendo postergados e sendo preteridos, pelos que por aqui passaram.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação o requerimento.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar a votação)

Senhor presidente, senhores deputados. Somente para confirmar mais ainda o compromisso. A Mesa Executiva não poderia deixar de ouvir, ou ser ouvida, em matéria que diz respeito à reforma do Quadro dos Funcionários da Casa, uma vez que é de responsabilidade da Mesa, gerir esse projeto após a sua aprovação. Portanto, nós já temos o parecer formulado, nesse novo substitutivo que será apresentado. E só para esclarecer que a Mesa Executiva, que já tem trazido tantos benefícios para os funcionários da Casa, não seria contrária a mais este, que vem nada mais do que trazer em forma de lei, aquilo que nós já concedemos em forma praticamente liberal, concedendo o tempo integral e tantas outras vantagens.

Só para registrar isso, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação o requerimento.

O SR. MÁRIO PEREIRA — (Para encaminhar a votação) — Senhor presidente, só para registrar a seriedade com que a Associação dos Funcionários da Casa se colocou perante essa reformulação do Quadro da Assembléia.

A Associação dos Funcionários, basicamente se preocupou com a valorização daqueles que trabalham, porque, durante muito tempo, era valorizado exatamente aquele funcionário fantasma, o funcionário que não dava o seu tempo integral à Casa, o funcionário que não fazia com que o serviço da Casa ou mesmo com falta de funcionário, fluísse normalmente.

Portanto, eu quero deixar registrado, meus parabéns à seriedade de propósitos com que se portou a Associação dos Servidores da Casa, na condução desses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação o requerimento.

Senhores deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Em votação o Projeto de Lei n.º 187/83.

Os senhores deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está aprovado o projeto.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/83, (Mensagem n.º 118/83, ex-Proposição n.º 122/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova, com ressalvas, nos termos dispostos na Lei n.º 5982, de 04/08/69, o Plano Geral do Governo do Estado, consubstanciado no documento "PARANÁ — PLANO DE AÇÃO 1984/1987". — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 120/83), que altera dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04/12/78, que dispõe sobre a Estrutura da Receita do Estado — CRE, e dá outras providências. Com PARECER e EMENDA FAVORÁVEL da C.C.J., e PARECERES FAVORÁVEIS da C.R.H. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**
(Publicado no D.A. n.º 115 (Mensagem 120/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 178/83

PARECER

O presente plano de lei, encaminhado a esta augusta Casa de Leis por sua excelência o senhor governador do Estado, através da Mensagem n.º 120/83, objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, dispondo sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado, adotando também outras providências referentes aos funcionários integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF).

Colhe-se dos termos da justificativa palaciana que a medida em exame é o resultado de estudo conjunto das Secretarias de Estado das Finanças, do Planejamento e dos Recursos Humanos, visando aprimorar o mecanismo arrecadador do Estado do Paraná.

A proposta governamental, sensível à necessidade de se

corrigirem distorções existentes nos citados organismos e de se promover a equiparação promocional aos demais órgãos estaduais, oferece neste projeto o instrumento hábil para se atingir tal objetivo.

Enseja ainda a proposição uma melhor seleção de pessoal, ao exigir maior escolaridade para galgar postos de gerência e administração, a que são atribuídas tarefas de maior complexidade, porporcionando, assim, aos servidores a devida profissionalização e oportunidade de ascensão na carreira.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável situando-se seu objeto na esfera de atuação do Poder Executivo, inexistindo, dessa forma, nenhum óbice à aprovação do presente projeto de lei.

O parecer é, pois, favorável ao projeto, com emenda ao artigo 2.º, que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 178/83

O Art. 2.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2.º — Ao funcionário estável, ocupante do cargo de estrutura do Grupo Ocupacional "TAF", que, até 31 de janeiro de 1984, preencher os requisitos dos artigos 6.º, 7.º e 8.º da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, será assegurado enquadramento nas classes de AF.1-A, AF.2-A e AF. 3-A, respectivamente.

Parágrafo único — O funcionário enquadrado na Classe AF.2-A, que esteja cumprindo estágio probatório terá seu enquadramento efetivado na Classe AF. 1-A, se preencher os requisitos do artigo 6.º, da Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1978, ao adquirir a condição de estável.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 178/83

PARECER

Oriundo de mensagem governamental o presente projeto de lei tem por finalidade alterar dispositivos da Lei n.º 7.051, de 4/12/78, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado CRE — bem como adotar outras providências pertinentes aos funcionários integrantes do grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF).

Sobre o projeto houve o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito da matéria, temos que se acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, na Mensagem n.º 120/83 que encaminhou o projeto à apreciação desta Casa, a proposição visa atender a reivindicações do funcionalismo do órgão arrecadador do Estado, bem como aprimorar o mecanismo fisco arrecadador pertinente ao regime jurídico destes mesmos servidores.

O projeto está devidamente justificado, e, portanto, em condições de ser apreciado por esta Casa com a Emenda apre-

sentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Assim o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 178/83

PARECER

1. O senhor governador do Estado, envia ao Poder Legislativo a Mensagem Governamental n.º 7.051, que pretende introduzir modificações em dispositivos da Lei n.º 7.051, que dispõe sobre a Estrutura da Coordenação da Receita do Estado (CRE), adotando, ainda, medidas pertinentes ao funcionalismo integrante do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF).

2. Examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, pela sua irretocabilidade quanto ao aspecto formal, sendo adicionada, por aquela Comissão, emenda modificativa ao artigo 2.º, do projeto de lei.

3. Encontra-se o procedimento, sob regime de urgência reiteradamente requerido e com a aprovação do Plenário desta Casa de Leis.

4. No que concerne à competência de exame reservada a esta Comissão de Finanças, ressalvado o incontestável mérito, somos que merece a aprovação desta Assembléia, anotando-se entretanto a não previsão, no bojo do projeto, de como fluirão e a que conta, as despesas decorrentes do instrumento a ser aprovado.

5. Salvo a observação alinhada no item 4 desta nossa manifestação, exaramos nosso parecer favorável ao projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — O projeto tem a Mensagem Governamental que visa alterar o CRE?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Perfeito. É o Projeto de Lei n.º 178/83, de autoria do Poder Executivo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Para encaminhar.

Senhor presidente, senhores deputados.

O senhor governador do Estado encaminha a esta Casa sob a argumentação de que é necessário aprimorar o mecanismo fisco arrecadador do Estado.

Mensagem que dá nova estruturação a grupos ocupacionais de funcionários da Coordenação da Receita do Estado.

Concordando com a necessidade, e de oferecer também aos funcionários do Executivo melhores condições de acesso e de salários, a bancada do PDS deseja registrar que a mensagem irá propiciar a criação de novos cargos e a elevação de salários com segurança.

Esta mensagem que recebeu parecer favorável das Comissões da CCJ e dos Recursos Humanos, irá oferecer aos funcionários estatutários melhores condições de salário e de acesso funcional.

Mas, igualmente, propiciar ao todo poderoso secretário

de Estado das Finanças a criação de novos cargos pela sistemática de acesso e de tempo de serviço para que sua excelência possa aprimorar segundo expressão do governador José Richa o sistema fisco arrecadador.

Desejamos nós, na oportunidade que se vota este projeto, registrar o nosso aplauso pelas melhores condições aos funcionários, a nossa apreensão pela criação de novos cargos e sobretudo, a apreensão generalizada do Paraná, com um sistema de arrojo fiscal que leva a associações, como Associação das Microempresas do Paraná, a testemunhar em documento público, que se implantou no Paraná, sobre o reino do senhor Garanhão, um sistema permanente de desconfiança e de desconsideração com o funcionamento do Comércio e da Indústria paranaense, de vez que em alguns casos, como ocorreu na cidade de Guarapuava, fiscais do Estado, por orientação do senhor Erasmo Garanhão, estão a promover uma permanente auditoria em lojas e estabelecimentos comerciais, como que a considerar todos os comerciantes do Paraná como desonestos ou como sonegadores.

Ao tempo em que a bancada do PDS não nega aprovação a esse projeto, esperando realmente, o aprimoramento das condições do aparelho fisco arrecadador, quer manifestar o seu descontentamento pela forma com que o senhor Erasmo Garanhão procura aumentar a receita do Estado e manifestar, igualmente, a apreensão de que este projeto, se não bem aplicado, possa se transformar num verdadeiro motivo para a contratação de pessoas menos qualificadas para o exercício de tão relevantes funções.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação o Projeto de Lei n.º 178/83.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO (Para encaminhar) — Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi com atenção as palavras do nobre líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira, e confesso que estranhei quando ele se referiu que os fiscais em Guarapuava por determinação do senhor secretário Erasmo Garanhão, estavam perseguindo e prejudicando os comerciantes daquela localidade e digo que estranhei, porque tenho estado permanentemente em Guarapuava, tenho acompanhado o trabalho dos homens que estão a fiscalizar a nossa cidade e nada vi que justificasse as palavras do deputado Luiz Alberto Oliveira.

Quero deixar claro, senhor presidente, senhores deputados, que até provas em contrário, eu digo neste plenário, que o deputado Luiz Alberto Oliveira, deve estar mal informado ao fazer estas afirmações.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação o Projeto de Lei n.º 178/83.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Eu pretendo esclarecer ao Plenário. Recebi de todos os farmacêuticos e donos de farmácias da cidade de Guarapuava, um manifesto que ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Deputado Luiz Alberto, a presidência solicita desculpas a vossa excelência, mas não cabe a questão de ordem, bem como solicita dos senho-

res deputados que no encaminhamento de votação, se atenham à matéria que está sendo levantada e votada e não as respostas a questões levantadas.

Em votação o Projeto de Lei n.º 178/83.— **Aprovado.**

Registramos a visita nesta Casa do Coordenador Estadual do Mobral, doutor Pina Ribeiro, bem como do Coordenador Adjunto, coronel Osvaldo Cruz.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 22/83 (Mensagem n.º 07/83), que aprova convênios celebrados em 13/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — Pronoroeste.— **Aprovado.**— (Publicado no D.A. n.º 5 de 02/03/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 23/83, (Mensagem n.º 09/83) que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, Eletrosul e o município de Guaíra, objetivando melhorias operacionais no aeroporto do referido município.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 5 de 02/03/83).

REDAÇÃO FINAL— do Projeto de Resolução n.º 24/83, (Mensagem n.º 15/83) que aprova o segundo termo aditivo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Prosafras, no exercício de 1982.— **Aprovado** (Publicado no D.A. n.º 5 de 02/03/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 25/83, (Mensagem n.º 18/83) que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o município de Ponta Grossa, objetivando a realização da 2a. FEIRA DE NOVILHAS DOS CAMPOS GERAIS.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 5 de 02/03/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 79/83, (Mensagem n.º 90/83) que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, no exercício de 1983.— **Aprovado.**— (Publicado no D.A. 84, de 10/08/83)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 80/83, (Mensagem n.º 80/83) que aprova o termo de Renovação de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o município de Foz do Iguaçu, com interveniência da Sudesul, objetivando implantação do Sistema de Galerias de Águas Pluviais — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 84, de 10.08.83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 83/83 (Mensagem n.º 81/83) que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Prosafras, no exercício de 1983.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 84 de 10/08/83).

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 103/83), que concede ao funcionalismo público civil e militar e aos pensionistas do Esta-

do, gratificação especial, correspondente ao vencimento ou soldo básico, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade.— **COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**—**Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/83, (Mensagem n.º 99/83, ex-Proposição n.º 100/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de Revigoração e Retificação de 26/06/83, ao Convênio n.º 03/83, celebrado em 26/01/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o município de Santa Helena, com a intervenção da Sudesul, objetivando alterar prazos para execução das obras convencionadas e de vigência do convênio e revigora as demais cláusulas.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/83, Mensagem e ex-Proposição n.º 91/93), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — Pronoroeste.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/83, (Mensagem n.º 82/83, ex-Proposição n.º 83/83, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na medida que aprova convênio de Cooperação e Compromisso celebrado em 08/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Centenário do Sul para a Construção do Terminal de Passageiros nessa cidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 45/83, de autoria da deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que dá nova redação ao art. 171, da Lei n.º 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/83, de autoria do deputado ODENI MONGRUEL, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao "Senhor TORAO TOMITA". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/83 (Mensagem n.º 88/83, ex-Proposição n.º 93/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas intermunicipais para Escoamento de Sifras- PROSAFRAS, no exercício de 1983. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 90/83, (Mensagem n.º 94/83) (Ex-Proposição n.º 96/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, aditados em 19.03.82 e 31.03.82, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, na execução de obras de interesse Metropolitano.

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 91/83, (Mensagem n.º 101/83- Ex-Proposição n.º 97/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoria de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Sifras — PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 92/83, (Mensagem n.º 96/83, Ex-Proposição n.º 99/83) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Sifras- PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 11/83, (Mensagem n.º 19/83- Ex-Proposição n.º 18/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios de n.ºs 393 e 394, celebrados em 05 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Superintendência da Região Sul - SUDESUL, objetivando elaboração de diretrizes para o Plano de Desenvolvimento Urbano, de Guaratuba, e pesquisas das atividades de resina-gem do Pinus Ellottii no Estado do Paraná.

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução no 47/83, Ex-proposição n.º 44/83) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, o DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, o Estado do Paraná, e a PORTOBRAS S.A., para executar o desassoreamento do Canal do Varadouro, para permitir a navegação interior entre Iguape o Estado de São Paulo e Paranaguá, Estado do Paraná.

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 47/83, Ex-Proposição n.º 45/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo de 11.03.83, ao convênio celebrado em 18.11.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes- GEIPOR, objetivando a Prestação de Serviços de Assistência Técnica e a Coparticipação em

estudos e pesquisas de Transportes no Estado.

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 69/83, de autoria dos deputados RUBENS BUENO e EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o PODER EXECUTIVO adotar providências, no sentido de obrigar empresas públicas e demais sociedades das quais o estado seja Acionista Majoritário, divulgar contratações, obras, serviços, compras, admissão de servidores e demais atos que lhes gerem despesas e dá outras providências Com PARECER FAVORÁVEL na forma do SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. (Publicado no D.A. n.º 60, de 31.05.83.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 69/83.

O projeto de lei em exame, de autoria dos nobres deputados Rubens Bueno e Edmar Luiz Costa, objetiva estabelecer a obrigatoriedade de publicação no Diário Oficial do Estado, pelas empresas públicas das quais o Estado seja acionista majoritário, súmulas de contratos, admissões e outros atos que gerem despesas.

A medida proposta é bastante oportuna, pois tratando-se de entidade que manipulam quantias de grande monta, oriundas, na maior parte das vezes, de contribuições cobradas à coletividade, estará se possibilitando um maior controle por parte dos órgãos fiscalizadores e da opinião pública.

Quando à iniciativa, tratando-se do Legislativo que é o poder fiscalizador por excelência, não há qualquer óbice que se lhe possa antepor, e no que tange à constitucionalidade, o projeto não é eivado de qualquer vício.

Nestas condições, nosso parecer é pela Aprovação, na forma do substitutivo que anexamos, para que se melhor obedeça a técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1983.

(as) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

ERVIN BONSKOSKI - Relator.



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI No 69/83

Art. 1.º — As empresas públicas nas quais o Estado do Paraná é acionista majoritário, ficam obrigadas a publicar no Diário Oficial do Estado as súmulas dos contratos que disponham sobre obras, serviços, compras, admissão de funcionários e demais atos que gerem despesas.

Parágrafo Único — As empresas e sociedade a que se refere inserir nos seus estatutos, dentro de 60 (sessenta) dias, dispositivos que assegurem o cumprimento do que aqui fica estatuído.

Art. 2.º — O poder Executivo regulamentará, dentro de 60 (sessenta) dias, a execução desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEDA CESAR - Presidente.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 111/83, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARBOSA FERRAZ", com sede e foro na cidade de mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. **Aprovado** (Publicado no D.A. n.º 84, de 10.08.83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 111/83.

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre deputado Gilberto Carvalho, objetiva declarar de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbosa Ferraz, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz.

O Projeto atende os requisitos estabelecidos pela legislação específica que regula a matéria.

Somos portanto de parecer favorável a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR— Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 129/83, de autoria do deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DOS SERVOS DA EUCARISTIA—S.S.E.", com sede na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 96, de 01.09.83.).

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 129/83.

De autoria do ilustre deputado Odeni Mongruel, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de utilidade pública, a "SOCIEDADE DOS SERVOS DA EUCARISTIA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente.

AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 120/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE IBAITI— A.P.M.I.", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 89, de 18.08.83.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no 120/83

De autoria do ilustre deputado Hermas Brandão, o presente plano de lei, pretende seja declarada de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Ibaiti", com sede e foro na cidade de Ibaiti.

Examinando a documentação que acompanha o presente Plano de Lei, constatamos que a entidade em questão, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei no 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente.

TADEU LUCIO MACHADO — Relator.

1ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 122/83, de autoria do deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO ERASMO BRAGA", com sede e foro na cidade de Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 91, de 23.08.83..)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 122/83.

De autoria do ilustre deputado Augusto Carneiro, o presente Projeto de Lei n.º 122/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Erasmo Braga, com foro e sede na cidade de Reserva.

Analisando o presente processo, através da documentação

apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente.

EZEQUIAS LOSSO— Relator.

1ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 123/83, de autoria do deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ— ASSEJEPAR", com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publicada no D.A. n.º 91, de 23.08.83.).

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 123/83.

Na qualidade de relator do Projeto de Lei n.º 123/83, de autoria do nobre deputado Gilberto Rezende de Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado do Paraná, verificamos que a Entidade já foi reconhecida como tal pelo Projeto de Lei n.º 6.775/76, de 27 de abril de 1976, publicado no Diário Oficial de 05.05.76.

Desta forma somos pelo arquivamento do citado projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR— Presidente.

AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor presidente, eu requero a retirada deste projeto para arquivamento, tendo em vista já ter uma lei aprovada concedendo utilidade pública a essa entidade, de 1976, conforme parecer no mesmo projeto. E ainda, senhor presidente, passou, dada a preferência de votação, deixamos de contestar na hora o projeto 122/83, que tem unicamente o parecer da Comissão de Justiça. Tratando-se de um Plano de Ação do Governo, 84/87, que visa todas as Secretarias, deveriam ser ouvidas as demais Comissões, principalmente as Comissão de Finanças, de Educação e Saúde. Deveria esse projeto retornar também às demais Comissões para depois ser incluído na Ordem do Dia. Era esta a questão de ordem que levanto a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa acata e solicita a vossa excelência que encaminhe requerimento para retirada do Projeto de Lei 123/83.

Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Com referência ao Projeto de Resolução que visa aprovar o Plano de Governo, já consta requerimento sobre a mesa no sentido de que sejam ouvidas as demais Comissões Técnicas desta Casa. Solicito que vossa excelência coloque em votação esse requerimento de vez que o líder do governo tem procurado através da maioria governista nesta Casa, permanentemente, a inversão da Ordem do Dia para votar as matérias de interesse do seu governo sob preferência na Ordem do Dia nesta Casa.

A demais, se vossa excelência me permitir continuar com a

questão de ordem...(Pausa).

ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A presidência informa ao líder do PDS que a matéria tratada no instante é o Projeto 123/83 e, oportunamente, vai apreciar o requerimento de vossa excelência, tratando do Projeto 112/83.

Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa excelência afirmou ao nobre deputado Gilberto Carvalho, no meu entendimento, que deferia o requerimento dele de retirada da Ordem do Dia. Data vênha, esta é a mensagem governamental que está na Casa desde setembro, senhor presidente. Eu estou comunicando à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Deputado Nilso Sguarezi: há uma ligeira confusão. Nós estamos apreciando o Projeto de Lei 123/83 para o qual o deputado Gilberto Carvalho solicitou o arquivamento.

O SR. NILSO SGUAREZI - Na complementação da questão de ordem, o deputado Gilberto Carvalho falou, especificamente, sobre o 112.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) E nós acabamos de responder que será apreciado oportunamente, já que se encontra o requerimento aqui na mesa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Está em votação o requerimento do senhor deputado Gilberto Carvalho, solicitando arquivamento do Projeto de Lei n.º 123/83. Em votação. **APROVADO.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 133/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 100/83), que autoriza permutar com o município de Guarapuava, imóveis com área, localização e características que especifica, destinado a construção de um Quartel para Polícia Militar do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publicada Mensagem no D.A. n.º 100/83.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 133/83.

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 100/83, o presente Projeto de Lei, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a permutar a área de terreno com 17.000,00 m², situado no lugar denominado Xarquinho, na cidade de Guarapuava, de propriedade do Estado, objeto da transcrição n.º 2.127, de 11 de janeiro de 1978, do Cartório do Registro de Imóveis, 1.º Ofício da Comarca de Guarapuava, pela área de terreno com 30.000 m², situado no lugar denominado Morro Alto, situado na mesma cidade, de propriedade do Município, objeto da transcrição n.º 9.604, de 17 de setembro de 1982, do Cartório de Registro de Imóveis, 3.º Ofício, da mesma Comarca.

A área de terra que o Estado receberá na permuta, destina-se à construção de um quartel para a Polícia Militar do Estado.

Analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à aprovação do presente Plano de Lei.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 136/83, de autoria do deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "CLÍNICA BENEFICENTE HIRO VIEIRA DE MANDAGUAÇU", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado (Publicado no D.A. n.º 98, de 13.09.83.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 136/83.

De autoria do ilustre deputado Basílio Zanusso, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a Clínica Beneficente "Hiro Vieira" de Mandaguacú, com sede e foro no município de Mandaguacú.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente.

GABRIEL SAMPAIO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 137/83, de autoria do deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública, a "SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.. **Aprovado.**

(Publicado no D.A. n.º 98, de 13.09.83.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 137/83.

De autoria do nobre deputado Edgard Pimentel, o presente plano de lei pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Examinando a documentação, bem como a justificativa do autor, temos que a entidade em apreço preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente.

IVAN GUBERT — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 146/83, de autoria do deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a "UNIÃO ASSISTENCIAL DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE", com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado (Publicado no D.A. n.º 105, de 26.09.83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 146/83.

De autoria do ilustre deputado Ferrari Júnior, o presente Projeto de Lei n.º 146/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública, a "União Assistencial de Cristo Jesus Independente", com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado.

Analisando o presente processo, através da documentação apresentada, bem como, pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei

n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional, que impeça sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
IVAN GUBERT — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/83, de autoria do deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a ECAP — Ensino Cultura e Assistência do Paraná", com sede e foro em Curitiba. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 105)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 148/83

PARECER

O presente plano de lei de autoria do ilustre deputado Gabriel Sampaio, visa declarar de utilidade pública a ECAP — Ensino, Cultura e Assistência Paraná, com sede e foro em Curitiba, PR.

Analisando-se o processo através da documentação anexa, bem como, pela justificativa que o acompanha, temos que, a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que impeça sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
IVAN GUBERT — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/83, de autoria do deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVAIPORÃ — APAE", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. (Publicado do D.A. n.º 107).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 151/83

PARECER

De autoria do excelentíssimo senhor deputado ORLANDO PESSUTI, objetiva declarar de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaiporã — APAE, com sede e forum no município de Ivaiporã.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, analisou as documentações e justificativas, e concluiu que a referida entidade está em condições de receber a declaração.

Isto posto, e como a documentação está em acordo com a Lei n.º 6.994/78, apresentamos parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/83, de autoria do deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 108).**

PROJETO DE LEI N.º 153/83

PARECER

De autoria do nobre deputado Basílio Zanusso, o Projeto de Lei n.º 153/83, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ", com sede e foro no município de São Jorge do Ivaí.

O citado projeto, atende os requisitos estabelecidos pela legislação específica que regula a matéria.

Portanto, somos favorável pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/83, de autoria da deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO APÓSTOLO SÃO PAULO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — IAPAS", com sede e foro no município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 109).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 155/83

PARECER

De autoria do ilustre deputado Irondi Pugliesi, o presente Projeto de Lei n.º 155/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Instituto Apóstolo São Paulo de Assistência Social", com sede e foro no município de Arapongas.

Analizando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/83, de autoria do deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública o "BANCO DE OLHOS DE CASCAVEL — BOC", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 109).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 160/83

PARECER

1. A entidade que se pretende seja declarada como de utilidade pública estadual, já o é, no âmbito municipal, por Lei n.º 1.684/83, que a reconhece como "entidade sem fins lucrativos "e" de caráter exclusivamente assistencial".

2. De outra parte, seus estatutos, devidamente registrados, bem assim, as declarações juntadas ao projeto, informam ser o BANCO DE OLHOS DE CASCAVEL, entidade registrada com personalidade jurídica há mais de dois anos; não remunerar a qualquer título seus diretores e prestar reais serviços de utilidade pública à comunidade.

3. Destarte, está em condições, o projeto de lei de ser apreciado com a consignação de nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL DO ROSÁRIO", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**
(Publicado no D.A. n.º 109).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 161/83

PARECER

De autoria do ilustre deputado Djalma de Almeida Cesar, o aludido Projeto de Lei n.º 161/83, tem por finalidade de declarar de utilidade pública a "Ação Social do Rosário", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Analizando-se o processo, através da documentação anexa, bem como, pela justificativa que o acompanha, temos que, a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal, quer constitucional que impeça sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

IVAN GUBERT — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE APOIO PROMOCIONAL AO NÚCLEO SOCIAL DE PONTA GROSSA", com sede e foro no referido município.— **Aprovado.**
(Publicado no D.A. n.º 109).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 162/83

PARECER

De autoria do nobre deputado Djalma de Almeida Cesar, o presente projeto de lei pretende declarar de utilidade pública a "Associação de Apoio Promocional ao Núcleo Social de Ponta Grossa", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

A documentação que acompanha o referido projeto de lei,

corresponde perfeitamente às exigências contidas na Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em pauta.

A iniciativa é pertinente, sob o aspecto constitucional e a matéria está de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Portanto, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MESSE DE AMOR", com sede e foro no município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.** (Publ. no D.A. n.º 109).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 163/83

PARECER

De autoria do ilustre deputado Djalma de Almeida Cesar, o presente projeto de lei, propõem que seja declarada de utilidade pública a "Associação Assistencial Espírita Mestre de Amor", com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Ao examinarmos a documentação que acompanha o referido projeto de lei, constatamos que a entidade em questão, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Nestas condições, não há nada que se possa objetar à pretendida declaração, mesmo porque a matéria se enquadra dentro das normas legais pertinentes.

Portanto, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

HERMAS BRANDÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/83, de autoria do deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública o "LIONS CLUBE DE LONDRINA — IGAPÓ", com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 168/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Lions Clube de Londrina — Igapó", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço, segundo a documentação anexa, preenche todos os requisitos da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, disciplinadora da matéria.

Por esse motivo, espera-se unânime aprovação, a este projeto de elevado alcance social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 168/83

PARECER

De autoria do excelentíssimo senhor deputado FIORI LUIZ que tem por objetivo declarar de utilidade pública, o Lions Clube de Londrina — Igapó, com sede e foro na cidade de Londrina.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, analisando a justificativa e documentação em anexo, conclui que a referida entidade está apta para receber a declaração pretendida.

Em face do exposto, e como a documentação satisfaz as exigências da Lei n.º 6994/78, apresentamos parecer favorável à aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(a) DJELMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/83, de autoria do deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOSÉ LACERDA", com sede e foro na cidade da Lapa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 170/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL "JOSÉ LACERDA", com sede e foro na cidade da Lapa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando relevantes serviços em prol do menor carente da Lapa, propiciando-lhe a sua promoção e condições ao seu desenvolvimento harmônico e de sua personalidade.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual que regulamenta a matéria.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 170/83

PARECER

De autoria do nobre deputado Ailton Cordeiro, o Projeto de Lei n.º 170/83, que declara de utilidade pública "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOSÉ LACERDA", com sede e foro na cidade da Lapa, verificamos que o referido projeto, satisfaz os requisitos estabelecidos pela legislação específica, que regulamenta a matéria.

Portanto, somos de parecer favorável pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Porfírio Rodrigues de Andrade, ocorrido no dia 21 de novembro do corrente ano.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da genitora do jornalista Mussa José Assis.—

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção da ligação asfáltica na estrada que liga Nova Fátima e Nova América da Colina.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao DNER, visando a recuperação do trecho de estrada que liga Curitiba ao município de Rio Negro.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 113.º aniversário do município de Rio Negro.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular — Cruzada Nacional de Evangelização, pelo 31.º aniversário do seu estabelecimento na Pátria brasileira.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo do Dia do Bairro da Vista Alegre, desta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, subscrito pelo senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição da nova diretoria da União Paranaense dos Estudantes — UPE, vencedora com a chapa Ponto de Partida.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 111/83, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Cidade Industrial de Curitiba, e que objetiva a participação do Estado no "Programa de Industrialização do município de Curitiba".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 112/83, que trata do plano geral do governo do Estado, consubstanciado no Doc. "Paraná Plano de Ação 1984/1987".— **Não recebido pela Mesa.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Solicito, senhor presidente, que vossa excelência anuncie o teor completo do requerido.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Requer Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 112/83.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983 — Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência pode anunciar do que se trata o projeto em questão?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e vai informá-lo.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Senhor presidente, tem um novo requerimento mais detalhado, que esclarece a questão levantada pelo nobre deputado Luiz Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Trata-se de Projeto de Resolução n.º 112/83 que trata do Plano Geral do Governo do Estado consubstanciado no documento Paraná Plano de Ação 84/87.

Está em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Então o requerimento já se encontra prejudicado, de vez que o projeto se encontra na Ordem do Dia, e sobre o mesmo tem requerimento desta liderança, solicitando que sejam ouvidos, de acordo com os artigos 46 e subsequentes, do Regimento Interno, as demais Comissões desta Casa que não o foram, até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Já se encontra prejudicado, tendo em vista que a matéria já consta na Ordem do Dia.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente, na verdade a pretensão do PDS é criar um problema institucional no Paraná.

Senhor presidente, este Plano de Ação se encontra na Casa desde setembro. Cabia à bancada do PDS, como fiscal, acompanhar a tramitação desse processo que veio à mesa e esteve livre para ser debatido, senhor presidente.

Ora, ao sair da Ordem do Dia e fazer o traçado em todas as Comissões, não vai ter tempo para apreciar até o fim do recesso, ou seja, o recesso parlamentar.

E nós vamos ficar sem obedecer uma exigência constitucional que é o Plano de Ação do Governo, que veio aqui para ser debatido democraticamente.

Não posso concordar com vossa excelência, porque vai criar, na verdade, um problema institucional no Paraná. Um governo, governando sem plano. Parece-me que isso é o que pretende o PDS.

Por outro lado, senhor presidente, estas constituem-se uma questão de outra indagação, que eu solicito a vossa excelência que aprecie com o maior carinho, porque ao retornar para as Comissões, vossa excelência não pode de maneira nenhuma negar o Regime de Urgência a este processo. Em absoluto vossa excelência pode negar Regime de Urgência. Poderá cumprir a exigência de retornar à Comissão mas não de tirar o Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa esclarece ao deputado Nilso Sguarezi, que de acordo com a Lei 5982, de 4/8/1969, no art. 3.º, a Assembléia Legislativa apreciará cada Plano Geral de Governo e os programas gerais, setoriais e regionais no prazo de 60 dias, podendo aprová-lo integralmente ou formular as ressalvas ou restrições que julgar cabíveis mantida necessariamente a coerência global do Plano de programas, bem como sua viabilidade em face dos recursos disponíveis.

Isto quer dizer, que já se encontra em Regime de Urgência, nobre deputado, o prazo estipulado pela própria Lei 5982.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor presidente, não posso concordar com a culpa atribuída ao PDS ou à oposição, porque o encaminhamento de um projeto de uma Comissão para outra cabe à Mesa. Foi a Comissão de Justiça. O próprio Regimento diz: caberia depois à Comissão ser encaminhada às demais Comissões. E cabe à oposição fiscalizar em cada Comissão. E veio ao Plenário hoje e tomamos conhecimento hoje na primeira votação.

Por isso levantamos a questão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa excelência deferiu o requerimento do nobre deputado, no sentido de retirar da Ordem do Dia o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — O Plenário vai deliberar, nobre deputado. Será apreciado em seguida.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, com a palavra o senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não aceito, senhor presidente, a apressada declaração do líder do governo com relação a falta de exaustão dos cumprimentos dos deveres dos deputados da oposição nesta Casa.

Devolvo a sua excelência e ao seu partido e sobretudo à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa a responsabilidade pelo descumprimento do prazo constitucional porque vossa excelência conhece o Regimento Interno, sabe que o artigo 46 reza às Comissões Permanentes tem por fim principal estudar assuntos submetidos a seu exame por intermédio da Mesa e manifestar opinião sobre elas.

Compete, portanto, exclusivamente à Comissão Executiva, dirigida pelos homens do PMDB, partido do qual faz parte o senhor deputado Nilso Romeu Sguarezi. Se sua excelência pretendeu censurar o comportamento do PDS, ele que leu o Regimento Interno e censure, na verdade, o comportamento da

Comissão Executiva.

Ademais, senhor presidente, trata-se do Plano de Governo, envolve aspectos relacionados às finanças, à educação, à saúde, à infra-estrutura, aos transportes, à segurança, e o Regimento Interno, é claro: quando se trata de Plano de Lei sobre estas matérias é preciso que estas Comissões sejam ouvidas.

Diz o Regimento Interno, no artigo, por exemplo, senhor presidente, no artigo 49, que à Comissão de Finanças compete opinar sobre as matérias que envolvam aspectos financeiros dos planos de lei em exame nesta Casa. Quem é o presidente da Comissão de Finanças, sr. presidente?

É um homem da valorosa bancada do PMDB, igualmente a grande maioria das presidências das Comissões desta Casa se encontram sob a presidência de ilustres deputados do PMDB.

Portanto, devolvo a sua excelência a falta de cumprimento nos trabalhos parlamentares.

Pela vez primeira vem ao Plenário este Plano de Governo em caráter oficial.

Recebemos esse Plano de Governo em setembro em caráter extra-oficial, um plano que me foi enviado por gentileza do secretário, chefe da Casa Civil, como igualmente aos outros deputados da minha bancada, faltava até a folha número três.

Não é possível, senhor presidente, que matéria desta importância tente ser aprovada neste plenário de "afogadilho" já que, segundo a expressão verdadeira do deputado Nilso Sguarezi, há por falta da Comissão Executiva o cumprimento do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Desta forma, peço a vossa excelência, e faço apelo aos homens da "democracia participativa" que discutam o Plano de Governo nas Comissões Técnicas competentes desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa coloca em votação o requerimento do deputado Luiz Alberto Oliveira, que requer que o Projeto de Resolução 112/83 ...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — No meu entender, senhor presidente, não cabe ao Plenário decidir e sim de ofício por vossa excelência porque é uma atribuição da Executiva, é uma questão de ordem que eu estou levantando, senhor presidente, de um requerimento que falta o cumprimento, a tramitação do projeto, e a Mesa pode despachar de ofício independente de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nós já tivemos, na sessão de hoje, nobre deputado Gilberto Carvalho, a aprovação pelo Plenário quanto à sua constitucionalidade...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não estamos discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — e por isso mesmo entende a presidência que cabe ao Plenário deliberar sobre o requerimento em pauta.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento).

Apenas uma observação: em primeira discussão é observada a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Perfeito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — E a Comissão Competente deu parecer favorável.

Agora na 2a. discussão e nas outras é apreciado o mérito, Agora como que o Plenário vai apreciar o mérito se as Comissões não puderam dar a opinião e parecer.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A presidência já definiu que entende que cabe ao Plenário deliberar sobre o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem.

O Plenário não pode substituir as atribuições da Comissão Executiva.

O Regimento é claro.

Se vossa excelência mantiver a decisão da Mesa, vossa excelência estará rasgando o Regimento Interno desta Casa. Porque compete à Comissão Executiva providenciar a tramitação dos projetos de lei da Assembléia Legislativa. É o artigo 46, senhor presidente. As Comissões Permanentes têm por fim principal estudar assuntos submetidos ao seu exame por intermédio da Mesa e manifestar sua opinião sobre ela.

Não pode este Plenário pretender acompanhar processo por processo na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. A tramitação normal, lógica, viável, legal, de um projeto de lei desta importância e desta envergadura, é após a análise de sua juridicidade e legalidade pela Comissão de Constituição e Justiça, também ouvir-se as outras comissões, a Comissão de Finanças, a Comissão de Obras, de Educação e as Comissões Técnicas subsequentes desta Casa.

Por isto que estas Comissões existem. Por isto faço um apelo a vossa excelência, decida de acordo com a lei. Não com interesse partidário. Decida de acordo com o estado de direito, não de acordo com a solicitação do líder do partido do Governo. Vossa excelência assume o papel de presidente do Poder.

Não rasgue, por favor, neste plenário, o Regimento Interno.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para que vossa excelência não rasgue o Regimento Interno, vossa excelência deve se ater ao Regimento Interno. Depois da matéria vir da Ordem do Dia, para ser retirada só o Plenário que pode autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Agradeço as instruções dos senhores líderes e devo dizer que será mantida a decisão já tomada por esta presidência, por entender que a matéria já esteve na apreciação do Plenário em primeira discussão. E, por isto mesmo, colocará o requerimento para apreciação do Plenário. Está em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Não perdi o prazo para requerer verificação de votação.

O requerimento que vossa excelência colocou em votação, que requerimento que foi?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Requerimento retirando o Projeto de Resolução n.º 112/83, da Ordem do Dia, para que se possa ouvir as demais comissões.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa excelência tem formalizado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Data vênha cobro da mesma maneira que o líder do PDS me cobrou há pouco, que este material não é adequado para fazer um requerimento. Trata-se inclusive, da capa da Ordem do Dia. Vossa excelência, data vênha, não pode receber um requerimento nestas condições. Requeiro verificação de votação sobre o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O deputado Nilso Sguarezi, em matéria importante, se preocupa com a forma. Enquanto que nós nos preocupamos com o conteúdo. Queremos discutir o plano de governo do senhor José Richa e sua excelência quer aprová-lo atabalhoadamente.

Por isso, não aceito de sua excelência, colocação. Não tenho, como tem sua excelência, uma assessoria, o domínio sobre os funcionários desta Casa. Mas o importante é que vossa excelência recebe, através de um documento manuscrito por este líder, uma solicitação para que democraticamente o plano seja discutido nas Comissões.

Por outro lado, equivoca-se novamente sua excelência o deputado Nilso Sguarezi, num verdadeiro festival de equívocos é...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — A palavra está assegurada senhor presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Gostaria que vossa excelência se ativesse...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência pode dar ao líder do PMDB a possibilidade de tentar corrigir a forma com que faço o requerimento, e não pode assegurar a mim o direito de rebatê-lo? Estou falando em termos de questão de ordem, com amparo no artigo 46, cobrando da Comissão Executiva o não cumprimento do Regimento Interno.

Ademais, senhor presidente, verificação de votação não tem cabimento na hora, porque vossa excelência ainda nem colocou o requerimento em votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa apenas declara e solicita mais uma vez aos senhores deputados, que ao manifestarem uma questão de ordem o façam dentro da matéria que está se discutindo e a partir de agora acabará com as liberalidades concedidas a PDS e PMDB, por entender que não há o devido respeito inclusive das partes que levantam as questões de ordem para com esta Mesa.

Está em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e fará a chamada nominal dos senhores deputados.
(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Responderam a chamada, 30 senhores deputados. Há "quorum" para votação. Está em votação o requerimento do deputado Luiz Alberto Oliveira. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. Está rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa irá proceder a verificação de votação. Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Luiz Alberto Oliveira, queiram levantar-se. Os senhores deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 22 senhores deputados o rejeitam; 1 senhor deputado o aprova. Não há "quorum" para deliberações, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela classificação no quadrangular final do Campeonato Paranaense de Futebol do União Bandeirante Futebol Clube do município de Bandeirantes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na realização de reformas gerais nas instalações do Colégio Inácio de Loyola. - Ensino de primeiro e segundo graus, no município de Fênix. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Beuno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na recuperação e conservação do sistema viário no município de Mamborê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, visando a criação e instalação de uma subunidade veterinária junto -a Acarpa, para o município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo a permanência do Núcleo de Psicologia Aplicada, responsável pela expedição dos exames psicotécnicos para a confecção de carteira nacional de habilitação, cuja unidade atendia os municípios jurisdicionados pertencentes à microrregião 12, de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, visando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de óleo diesel para o Parque de máquinas da Prefeitura Municipal de Mariluz. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão

para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção do terminal rodoviário do município de São Jerônimo da Serra.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a ligação asfáltica do distrito de São Judas Tadeu, do município de Santo Antônio do Paraíso à PR-160.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção da ligação asfáltica no acesso à Copasa, no município de Assaí.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, encarecendo a agilização do processo de implantação do curso de segundo grau na Escola Estadual "Zulmira Marchesi da Silva", no município de Cornélio Procopio.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Indústria e Comércio, visando a criação e instalação de uma Unidade do Departamento do Trabalho — Detepar, no município de Campo Mourão.— **Encerrada a discussão.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Vossa excelência poderia informar se o nobre deputado Rubens Bueno é o primeiro vice-líder, segundo, do PMDB?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — De acordo com o requerimento, apenas vice-líder do PMDB, deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a vossa exce-

lência, senhor presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Senhor presidente, eu posso informar à Casa de que não há hierarquia no colegiado de vice-líderes do PMDB.

Gostaria de saber se há o mesmo procedimento no PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Senhor presidente, apenas para responder a indagação do líder do Partido do governo, de que nós defendemos a igualdade de atuação parlamentar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 87, 154, 164, 165, 167, 174 e 182/83.

E dos Projetos de Resolução n.ºs 35, 37, 38, 39 e 40/83.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 45 e 186/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 89, 90, 91 e 92/83

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 46, 47 e 112/83, e dos Projetos de Lei n.ºs 69, 111, 120, 122, 129, 133, 136, 137, 146, 148, 151, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 168, 170, 178 e 187/83.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 94, 95, 96 e 111/83.

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 115 e 131/83.

Levanta-se a sessão.